

2015 n° 21

USPO

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA



UE-LATAM:
uma relação de valores compartilhados

DESENVOLVENDO IDEIAS

Desenvolvendo Ideias é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe
Desenvolvendo Ideias na LLORENTE & CUENCA.

UNO

UNO é uma publicação da Desenvolvendo Ideias dirigida aos clientes, profissionais do setor, jornalistas e líderes de opinião, na qual os autores convidados da Espanha, Portugal e América Latina, juntamente com os Sócios e Diretores da LLORENTE & CUENCA, analisam temas relacionados com o mundo da comunicação.

Com o apoio de:



DIREÇÃO E COORDENAÇÃO:
Desenvolvendo Ideias na LLORENTE & CUENCA

CONCEITO GRÁFICO E DESIGN:
AR Difusión

ILUSTRAÇÕES:
Marisa Maestre

IMPRESSÃO:
Mattavelli Gráfica e Editora

Impressão no Brasil
São Paulo, novembro 2015

Desenvolvendo Ideias não assume necessariamente compromisso com as opiniões expressas nos artigos dos colaboradores habituais e convidada.

WWW.DESARROLLANDO-IDEAS.COM
WWW.REVISTA-UNO.COM.BR





Todos os direitos reservados.
Fica proibida a reprodução total ou parcial
dos textos e das imagens contidas neste
livro sem a prévia autorização da
Desenvolvendo Ideias.

SUMÁRIO

2015 N° 21

4

QUEM **SÃO** OS *colaboradores*

8

**UE-LATAM: uma relação
de valores compartilhados**

11

**AMÉRICA LATINA,
CADA VEZ *menos europeia***

15

AMÉRICA LATINA, Espanha E Europa

17

MÉXICO-UNIÃO EUROPEIA:
**RESPONSABILIDADE
GLOBAL *compartilhada***

19

UNIÃO EUROPEIA-AMÉRICA LATINA
E CARIBE: **novos desafios**

22

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM
CUBA, COMPONENTE **fundamental** PARA
O DESENVOLVIMENTO DE DETERMINADOS
SETORES DA ECONOMIA NACIONAL

25

UMA ASSOCIAÇÃO **ESTRATÉGICA**
PARA O **clima**

27

TEMOS DE **REFORÇAR**
AS **relações** COM NOSSOS
ALIADOS NATURAIS

31

A RELAÇÃO **UE-CELAC**:
"Eppur si muove!"

33

O **MÉXICO** CADA DIA MAIS PERTO DA **Europa**

37

REFLEXÕES APÓS A
II CÚPULA **UE-Celac** DE BRUXELAS

41

RELAÇÕES **ECONÔMICAS**
DO MÉXICO COM A **União Europeia**

44

BRASIL, MERCOSUL E A **UNIÃO
EUROPEIA**: A **abertura** COMO
QUESTÃO DE **sobrevivência**

47

BRASIL E PORTUGAL, UMA **parceria**
CADA VEZ MAIS NECESSÁRIA

49

A **AMÉRICA LATINA** E O **BRASIL**
COMO **parceiros** DE PORTUGAL

52

UNIÃO **EUROPEIA-AMÉRICA**
LATINA, DESAFIO PARA **PMEs**

55

A **SOCIEDADE CIVIL**:
UM AGENTE **subestimado**

57

A PUJANÇA **UNIVERSITÁRIA**
E INTERNACIONAL DA **Celac-UE**

59

TEMPO DE COMEÇAR A **pensar**

63

UNIÃO EUROPEIA –
América Latina: CARTES SUR TABLE

70

LLORENTE & CUENCA



José Antonio Zarzalejos

Formado em Direito pela Universidade de Deusto, de Bilbao, e jornalismo. Foi diretor do *El Correo* de Bilbao, Secretário-Geral do Grupo Vocento e Diretor do jornal ABC na Espanha. Na LLORENTE & CUENCA, exerce o cargo de Assessor Externo Permanente, tendo sido diretor-geral da empresa na Espanha. Recebeu vários prêmios jornalísticos, incluindo o Prêmio Mariano de Cavia, o da Federação das Associações da Imprensa da Espanha, além do Javier Godó de Jornalismo e o Luca de Tena.



José Manuel García-Margallo

É **ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha**. Bacharel em Direito (1965); *Master of Laws* (Harvard, 1972); Doutor em Direito pela Universidade Miguel Hernandez (Alicante, 2002). Inspetor de Finanças (1968). Foi diretor-geral de Desenvolvimento Comunitário do Ministério da Cultura e deputado no Congresso (1977-1979). Atuou ainda como presidente da Comissão de Petições do Congresso dos Deputados (1979-1982) e, mais tarde, porta-voz de Economia e Fazenda (1986-1994) e deputado no Parlamento Europeu (desde 1994). Ocupou o cargo de vice-presidente da Subcomissão de Assuntos Monetários (1999-2004) e de vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e Monetários (1999-2004). Foi condecorado com a Grã-Cruz do Mérito Civil (1982) e com a Ordem do Mérito Constitucional (1983). [Espanha]



Carlos de Icaza

É **subsecretário de Relações Exteriores do México**, Emissário (*Sherpa*) do México para o G20 e foi embaixador em vários países, como a França (2007-2012), Estados Unidos (2004-2007), Japão (2001-2004), Argentina (1995-1996), assim como representante permanente junto à UNESCO (2010-2012) e um dos representantes frente à Organização Internacional do Trabalho (1979-1980). Além disso, ocupou cargos de responsabilidade na Chancelaria mexicana, como o de subsecretário de Relações Exteriores para a América Latina e Ásia-Pacífico (1998-2000); atuou ainda como oficial sênior (1991-1993); secretário particular do Chanceler (1988-1991); diretor-geral para a América Latina e o Caribe (1983-1986). Foi nomeado embaixador eminente em 2005. [México]



Andrés Rebolledo

É **diretor-geral de Relações Econômicas Internacionais no Ministério das Relações Exteriores do Chile**. Economista da Universidade do Chile, pós-graduado em Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico pela Universidade Complutense de Madri. No início dos anos noventa passou a ser o encarregado das áreas do México, América Central e América Latina do Departamento América Latina e Integração da Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais (DIRECON) e logo, chefe do departamento e diretor de Assuntos Econômicos Bilaterais (2005-2008). Foi nomeado embaixador do Chile no Uruguai (2009) e representante permanente do país frente à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). É consultor na área de Integração e Comércio do BID (2010-2014, EUA).



Déborah Rivas

Graduada em Relações Econômicas Internacionais, Deborah trabalhou em Cubazúcar e presidente da corporação Panamericana SA. Dentro do Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro da República de Cuba ocupou cargos de diretora de Promoção e Avaliação de Negócios Conjuntos, vice-diretora de Negociações com o Capital Estrangeiro, diretora de Controle de Investimento Estrangeiro e, desde 2013, é **diretora-geral de Investimento Estrangeiro**. Atuou na carreira diplomática nas embaixadas de Cuba no México e no Peru, tendo concluído cursos de Gerenciamento de Projetos, Negociações Multilaterais e Negociações de Acordos Internacionais de Investimentos. [Cuba]

QUEM SÃO OS colaboradores

Miguel Arias



É o **Comissário Europeu para a Energia e Ação pelo Clima** desde 1o de novembro de 2014. Graduado em Direito pela Universidade Complutense de Madri (1974), é Procurador do Estado. Em 1987, atuou como professor na Universidade de Cádiz e eleito membro do Parlamento da Andaluzia, em 1982. Em 1986, elegeu-se membro do Parlamento Europeu, onde permaneceu até 1999, encabeçando a comissão parlamentar da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Foi Ministro da Agricultura e Pesca do Governo da Espanha (2000-2004) e Ministro da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente (2011-2014), antes de ser eleito chefe da lista de seu partido para as eleições ao Parlamento Europeu de 2014. [Espanha]

Antonio Tajani



Atualmente é **vice-presidente do Parlamento Europeu**, responsável pelas relações com a América Latina e membro da Assembleia Parlamentar Europeia-Latino-Americana (EuroLat). Foi Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário Europeu para os Transportes entre os anos de 2008 e 2010, além de comissário para a Indústria e o Empreendedorismo entre 2010 e 2014. É Vice-Presidente do Partido Popular Europeu (PPE) desde 2002. [Itália]

Ramón Jáuregui



Nascido em San Sebastian, em 1948, estudou Engenharia Mecânica e Direito, envolvendo-se em política desde a juventude. Ocupou cargos tanto no Partido Socialista de Euskadi (PSE) e na seção sindical vasca do sindicato da União Geral do Trabalhadores (UGT), como no Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Assumiu também inúmeras responsabilidades institucionais, incluindo a de vice-presidente do Governo Basco, secretário-geral do Grupo Parlamentar Socialista no Congresso e Ministro da Presidência. Desde 2014, pela segunda vez em sua carreira, Ramón Jáuregui é **deputado no Parlamento Europeu**, onde integra parte da Comissão dos Assuntos Constitucionais e **preside a delegação europeia da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat)**. [Espanha]

Teresa Jiménez-Becerril



Nascida em Sevilha em 24 de julho de 1961. Formada em jornalismo pela Universidade Complutense de Madri. Atualmente, colabora regularmente com o jornal nacional "ABC" e eventualmente em publicações como "El Mundo" e "La Razón". Desde 2002, é presidente de honra da Fundação Alberto Jimenez Becerril contra o Terrorismo e a Violência. Parlamentar europeia desde 2009, é membro titular da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade e da Subcomissão de Direitos Humanos. Atualmente, é também co-presidente da Comissão Parlamentar Mista México-União Europeia e **eurodeputada no Parlamento Europeu**. [Espanha]

José Ignacio Salafranca



Vice-Presidente da Seção Espanhola do Conselho Federal do Movimento Europeu. Foi membro do Conselho Assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nomeado embaixador chefe da Delegação da UE na Argentina (2015). Além disso, ocupou o cargo de deputado no Parlamento Europeu (1994-2014), onde foi presidente europeu da Assembleia Parlamentar EuroLat e das delegações para as relações com os países da América Central, México e Cuba e América do Sul e Mercosul. É formado em Direito pela Universidade Complutense de Madri, graduado em integração europeia pela Escola Diplomática de Madri, e *Doutor Honoris Causa* pela Universidade das Américas, do Chile. [Espanha]

Valentín Díez



Estudou Administração de Empresas na Universidade Iberoamericana e fez cursos de pós-graduação em Marketing, Vendas e Gestão de Pessoal pela Universidade de Michigan em Ann Arbor. É **presidente do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimentos e Tecnologia, AC (COMCE)**, presidente do Instituto Mexicano para a Competitividade, AC (IMCO) e membro do Conselho Mexicano de Negócios. Além disso, é membro do Conselho Mundial da AB InBev, o maior grupo cervejeiro do mundo, que o reconheceu como o artífice do sucesso no mercado internacional. É também vice-presidente dos Conselhos de Administração da Kimberly Clark, do México e do Grupo Aeroméxico. [México]

César Maia



Deputado Federal Constituinte e prefeito da cidade do Rio de Janeiro por três mandatos (de 1993 a 1997 e de 2001 a 2009). Exilado no Chile durante a ditadura militar do Brasil, formou-se em Economia na Universidade de Chile. Atualmente é o **diretor da Fundação Liberdade e Cidadania**, do Partido Democratas e representa o partido em assuntos sul-americanos, bem como um observador internacional. É também o vice-presidente da Internacional Democrata de Centro (IDC), uma associação de partidos políticos a que pertencem, entre outros, o PP (Espanha) e a CDU (Alemanha).

Francisco Murteira



Em sua longa carreira destacam-se as passagens pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi, onde iniciou a sua carreira profissional, tendo chegado a Presidente do Conselho de Administração desta empresa, funções que exerceu de 1978 a 1982. Foi vice-presidente da Sorefame (1982-1983) e presidente da Portugal Telecom (1996-2003), em um período determinante para o setor das TIC em Portugal. É atualmente *Senior Partner* da Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco (SaeR), presidente da Mesa de Assembleia Geral da Ordem dos Economistas e **presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira**. Em Dezembro de 2007 foi eleito Bastonário da Ordem dos Economistas. [Portugal]

António Saraiva



É **presidente da Confederação Empresarial de Portugal** desde janeiro de 2011, presidente do Conselho Geral da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (ELO) desde 2014. É Vogal do Conselho Estratégico da Sociedade Para o Financiamento do Desenvolvimento, S.A. (SOFID) desde 2014 e ainda membro do Conselho Consultivo da Associação de Formação para a Indústria desde 2014 (ATEC). [Portugal]

Antonio Garamendi



Nasceu na cidade basca de Getxo em 1958. Graduado em Direito pela Universidade de Deusto, é **presidente da Confederação Espanhola da Pequena e Média Empresa (CEPYME)**, da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais do Metal (CONFEMETAL) e vice-presidente da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE). Desenvolveu projetos empresariais próprios, participou de negócios familiares, de Conselhos de Administração e Conselhos Assesores de grandes empresas. Atualmente, concentra sua atividade empresarial nos setores do metal, construção, imobiliário, seguros e hotelaria. Foi presidente fundador da Associação de Jovens Empresários do País Basco, presidente da Confederação Espanhola de Jovens Empresários, da Confederação Ibero-americana de Jovens Empresários e da Comissão de Criação de Empresas da CEOE. [Espanha]

José María Zufaur



Foi secretário-geral da União Sindical dos Trabalhadores (1971-1977) e em 1975, tornou-se membro da “Comissão dos 10” da Oposição Democrática. Em 1977 foi eleito membro da Comissão Executiva da Confederação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), onde ocupou os cargos de Secretário-Geral Adjunto (USG), responsável pelas Comissões de Negociação da UGT nos “Acordos de Diálogo Social”, diretor da revista *Claridad* e diretor do Instituto Sindical de Estudos. Além disso, também é **presidente da Seção de Relações Externas do Comitê Econômico e Social da União Europeia**, membro do Comitê Científico do Centro de Estudos Sindicais do Instituto de Florença e do Grupo de Alto Nível sobre Relações Trabalhistas e Mudanças industriais na União Europeia. [Espanha]

Francisco Aldecoa



É **catedrático de Relações Internacionais** na Universidade do País Basco (desde 1990) e do Departamento de Direito Internacional Público e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madri (2000), onde também foi reitor (2002-2010). É titular da Cátedra Jean Monnet da Comissão Europeia desde 1994 e *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Bucareste (2009). Foi presidente da Associação Espanhola de Professores de Direito Internacional e Relações Internacionais (2005-2009). Atualmente, é diretor do Centro de Gestão, Análise e Avaliação da Universidade Complutense de Madri. [Espanha]

Luis Tonelli



Luis Tonelli é **diretor da Escola de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires (UBA)**. Estudou ciência política na Universidade del Salvador (Argentina) e na Universidade de Oxford. Desde 1985 ministra cursos em universidades nacionais e estrangeiras. Desde 2011, foi eleito três vezes diretor da escola que atualmente leciona, na UBA, onde também é professor de Política Comparada. Foi diretor do Departamento de Estudos Argentinos na Universidade de Salamanca, bolsista *Chevening* para Altos Estudos Avançados no Reino Unido e bolsista do Departamento de Estado, EUA. Foi diretor-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Economia e editor de Política para a revista Debate. [Argentina]

Javier Rosado



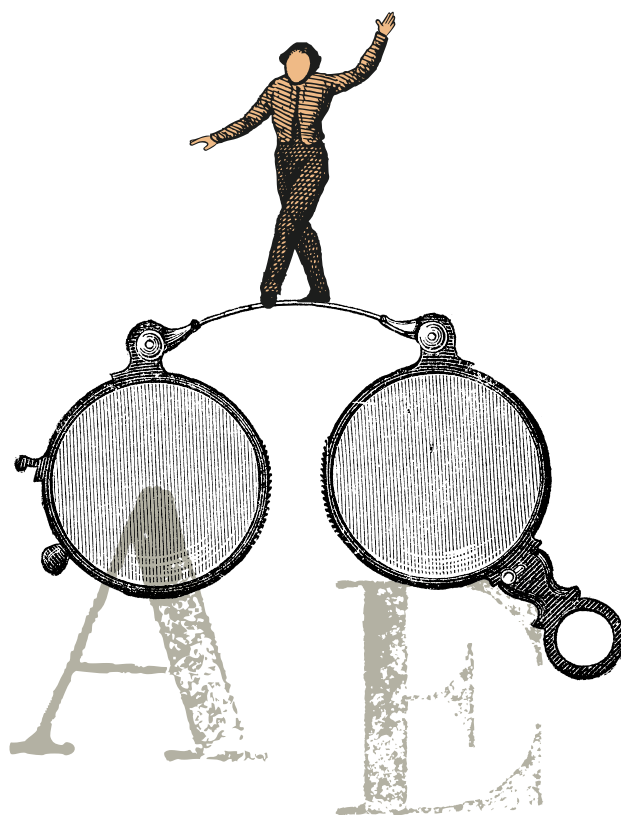
É **sócio e diretor-geral da LLORENTE & CUENCA Panamá**, operação que conduz há sete anos com vasta experiência em América Central. Dentro do Grupo Companhia Espanhola de Petróleos, S.A.U. (CEPSA), foi diretor de comunicação da Refinaria Gibraltar-San Roque –umas das maiores da Europa e a maior da Espanha–, diretor de Comunicação da Petresa e Interquisa, e da NGS (*joint venture* entre a CEPSA e União Fenosa). Antes disso, Javier trabalhou durante quatro anos para a Editorial Planeta. Mestre em Gestão de Comunicação Empresarial (Universidade de Navarra e IESE) e Bacharel em Ciência da Informação (Universidade de Navarra). [Panamá]

José Isaías Rodríguez



É **vice-presidente de Assuntos Europeus na LLORENTE & CUENCA**, vice-presidente do Grupo dos Empregadores do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e membro do Conselho Assessor da Fundação Europeia para a Formação (ETF). Iniciou sua carreira na Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE) como diretor-adjunto do Departamento de Comunidades Europeias e, posteriormente, como vice-secretário-geral. Desde a entrada da Espanha na União Europeia e por 25 anos, foi diretor da Delegação da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE), em Bruxelas, posição a partir da qual tem representado os interesses das empresas espanholas diante das Instituições Europeias e da BUSINESSEUROPE. [Espanha]

UE-LATAM:
uma relação
de valores compartilhados





José Antonio Llorente

Sócio-fundador e presidente da LLORENTE & CUENCA / Brasil - Espanha

Vivemos em um mundo em constante mudança, e ao estar imersos em sua própria complexidade, a percepção das mudanças, às vezes, não é compatível com a velocidade das mesmas. A relação entre a América Latina e a Europa não está alheia a esta evolução.

A Ásia e, nesse contexto, a China, com um grande desenvolvimento comercial e investidor, têm um impacto muito significativo na relação euro-latino-americana, e, provavelmente, em 2016, se tornará o segundo maior parceiro comercial da América Latina à frente da União Europeia (UE). Diante da emergência da China, com todo o seu potencial comercial e de investimentos financeiros, a relação entre a Europa e a América Latina se apoia, fundamentalmente, em algo tão sólido como a longa relação de suas sociedades, baseada em laços históricos, culturais, respeito aos direitos humanos e às leis internacionais, em defesa de interesses mútuos, a partir da perspectiva dos valores comuns e é claro, em uma evolução muito importante das suas relações econômicas e comerciais.

A UE é, neste momento, o segundo parceiro comercial e o primeiro investidor estrangeiro da região latino-americana. A soma de todos os investimentos da UE na China, Índia e Rússia juntos é inferior à cifra de investimento na América Latina. Esses investimentos têm, além disso, a qualidade de serem socialmente responsáveis, contribuindo para a criação de emprego, a transferência de tecnologia e para o desenvolvimento sustentável. Os investimentos da América Latina na União Europeia crescem a cada ano e o Brasil, hoje, é o segundo maior investidor depois dos Estados Unidos, o que contribui para a criação de empregos e o crescimento na Europa.

“ Há uma massa crítica que permite que, agindo em conjunto, seja possível alcançar objetivos importantes a nível global

É muito oportuno refletir sobre o caminho em que devem decorrer as relações entre a União Europeia e a América Latina e, ao mesmo tempo, propor um roteiro concreto para preservar o avanço, evitar a languidez desta relação e encontrar trilhas que permitam caminhar juntos, fazendo-a com um ritmo mais intenso e de forma mais eficiente.

Os números são eloquentes. Os países da UE e os da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) representam um terço dos membros das Organização das Nações Unidas (ONU), e, no caso do G20, quase a metade de seus membros provêm destas duas regiões. Há uma massa crítica que permite que, agindo em conjunto, seja possível alcançar objetivos importantes a nível global. Para isto, é necessário reforçar as relações políticas, econômicas e de cooperação nas relações UE-CELAC. Esta abordagem só poderá produzir benefícios para ambas as partes.

Em tudo isso, o setor privado tem um protagonismo especial para favorecer o crescimento econômico, criando empregos decentes. O seu papel é essencial para a contribuição do bem-estar das sociedades da Europa e da América Latina, bem como para dar um novo impulso às relações birregionais.



AMÉRICA LATINA, CADA VEZ *menos europeia*



José Antonio Zarzalejos

Jornalista, ex-diretor dos jornais ABC e El Correo / Espanha

A Cúpula realizada em junho 2015, em Bruxelas, entre sessenta e um estados que formam a União Europeia e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) foi um discreto fracasso. E foi, essencialmente, porque os dois continentes foram infiltrando-se em dois processos separados de introspecção política e econômica, como consequência de episódios críticos agudos. Embora o bloco comunitário europeu seja o principal investidor dos países latino-americanos e do Caribe – a cifra superou os 500 bilhões de euros em 2013, representando mais de um terço do fluxo de investimentos recebidos pela área latino-americana –, a China compete com a União Europeia e já se aproxima dos 225 bilhões de euros em investimentos, enquanto o centro da gravidade global segue deslocando-se do Atlântico em direção ao Pacífico. Esse é o retrato da situação.

A Velha Europa “luta para manter seu peso na América Latina”, dizia a manchete do jornal *El País*, em 12 de junho deste ano, sobre a Cúpula de Bruxelas, mas a realidade mais imediata refere-se a uma outra briga da UE: a que mantém consigo mesma para alcançar os objetivos de coesão interna e de desenvolvimento econômico e político que estão previstos em seus tratados fundamentais. Enquanto os países da União, especialmente aqueles que compõem a zona do

“ *A União Europeia está envolta em seus problemas – Grécia, Ucrânia, a crise econômica – o que não lhe permite ter uma visão mais ampla de suas possibilidades*

euro, não conseguem reduzir suas contradições e acelerar os seus mecanismos de integração, será muito difícil que se avance realmente em duas frentes necessárias: por um lado, o Tratado de Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, que criaria uma área comercial de proporções colossais e por outro lado, o

aprofundamento dos acordos bilaterais com os países da América Latina e do Caribe.

A crise da União Europeia sobre a Grécia – que eclodiu em julho do ano passado, mas que estava incubada desde janeiro de 2015 e borbulhava, enquanto europeus e latino-americanos tratavam de elaborar uma agradável declaração final em Bruxelas – absorveu todas ou quase todas as energias do potencial europeu, incluindo a que era necessária para aplicar às relações da União com os estados agrupados na CELAC. A União Europeia vive um dos seus momentos mais críticos – quicá o mais crítico de sua história – porque vive uma crise de identidade. A UE tem um enorme caminho a percorrer: o que vai de sua realidade atual, dominada por economias frágeis e com uma brecha real e emocional entre os países do Norte e do Sul, até chegar às suas aspirações, que se resumem em uma, considerada chave: alcançar a federalização dos Estados-Membros, do ponto de vista político e legislativo, além de econômico-financeiro.

A falência grega, com a procissão de comportamentos hostis que foram sendo produzidos, trouxe à realidade as classes dirigentes europeias e as opiniões públicas dos Estados-Membros, mostrando que os pilares da União não são tão sólidos e estáveis como se supunha. A emergência de forças políticas populistas, de extrema esquerda, extrema direita ou ultranacionalistas, faz surgir, em muitas sociedades europeias, uma série de incertezas sobre assumir plena e majoritariamente o sentimento europeu. O ceticismo da Grã-Bretanha, que submeterá a adesão à UE a um referendo em 2017, paira ainda sobre líderes da organização de Estados e isso não lhes permitiu ocuparem-se com a construção, com mais rapidez e dinamismo, do protagonismo político e comercial da Europa tanto na América Latina como na Ásia, particularmente na China.



“*Há uma forte assimetria nos países da América Latina e Caribe, tanto no aspecto econômico quanto político; uns estão em recessão e outros em crescimento, uns democraticamente maduros e outros não*”

Nestas circunstâncias, e com a maioria de seus Estados com crescimento muito limitado de seus PIB e geralmente insuficientes para estimular suas respectivas economias, é muito difícil que a UE tenha um impacto forte –pelo menos não maior que o atual– nos Estados que agrupam a CELAC. Com maior razão, o papel europeu da Espanha –tradicional ponte da América Latina com a Europa– tem diminuído nos últimos anos.

O eurodeputado socialista Ramon Jáuregui, um político equilibrado e justo, escrevia na edição espanhola do *Huffington Post* (16 de junho de 2015) um artigo revelador desde o título (“Não somos ninguém”) sobre o limitado papel da Espanha nas relações entre a América Latina e Europa. Jáuregui tem razão em argumentar: “Tem-se falado sobre a sociedade que a Europa perdeu em pé, peso e influência na América Latina, apesar de ser o primeiro país a cooperar e o primeiro parceiro comercial. A Cúpula UE-CELAC no início de junho queria alterar a ausência dos últimos anos, mas não o fará se a Espanha não tiver peso na Europa e não fizer com que a atenção internacional da UE, além da Ucrânia e do Mediterrâneo, sejam direcionadas também para a América Latina. Porque, por mais graves que sejam –e são– os problemas do leste e do sul da União, as oportunidades políticas e econômicas que temos na América Latina são enormes e as potencialidades dessa Aliança Estratégica na governança global são formidáveis e inadiáveis. Para isso, precisamos de uma Espanha forte na América Latina e, lamento dizer, agora nós não somos ninguém (...)”.

Jáuregui tem razão e não é redundante quanto ao papel da Espanha na relação da Europa com a América Latina. Os espanhóis têm interiorizado que as relações controversas entre o nosso país com Cuba —onde os norte-americanos, e até mesmo os franceses, estão à frente da diplomacia espanhola— e com a Venezuela são duas desvantagens que nos limitam, ao passo que a nossa escassa presença nos órgãos de governo da UE —o último fracasso foi de Luis de Guindos, ministro da Economia, com aspirações frustradas de presidir a zona do euro—, nos fazem vagar por uma terra de ninguém, com algum espanto e sem referências e objetivos de Estado, além daquelas conjunturais que vão marcando os sucessivos governos em Madri.

Por outro lado, a situação dos Estados da CELAC tampouco é homogênea nem no aspecto econômico nem no político. Pelo contrário, é claramente heterogênea. De acordo com José Juan Ruiz (*El País*, 15 de junho de 2015), economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento na América Latina, há dois grandes grupos de países: os que crescem e aqueles em recessão. Venezuela, Argentina e Brasil, que respondem por 51% da economia da região estão em crise, enquanto o resto —49%— está crescendo a uma taxa média de 3,4%. Ocorre, portanto, uma forte assimetria no aspecto econômico —o “crescimento na América Latina está se movendo do sul para o norte”, constata José Juan Ruiz—, que se corresponde também com outro fator no aspecto político. Enquanto alguns países persistem em claros processos de maturação dos seus sistemas democráticos e onde estão tomando forma classes médias com cada vez mais expectativas, em outros seguem profundamente enraizados regimes populistas, sem que floresçam setores sociais centrais que ofereçam estabilidade econômica e política.

Este aspecto estritamente político é uma variável da análise financeira que os investidores europeus avaliam, porque onde as estruturas constitucionais tradicionais, os Estados de Direito se consolidam, existe segurança jurídica, sem prejuízo das decisões judiciais e arbitrais e certezas de trabalho, que permitem um investimento significativo e colaborações cada vez mais amplas e frutíferas.

Bastam estas rápidas reflexões sobre o que acontece na Europa e nos Estados-membros da CELAC para explicar que, sob a pressão dos Estados Unidos e da China, e do forte ímã do Pacífico para os países mais consolidados da América Latina, o subcontinente está se tornando cada vez menos europeu em presença e em percepções e salta para a União Europeia como um assunto pendente e de urgente resolução.

“*A Espanha não tem um papel relevante na Europa e esse é um dos condicionantes para a cooperação com a CELAC. Além disso, dispõe de relações muito complicadas com países como Cuba e Venezuela*”



THE WORLD BY MERCATOR'S PROJECTION



AMÉRICA LATINA, Espanha E Europa



José Manuel García-Margallo

Ministro de Assuntos Exteriores e de Cooperação / Espanha

“A Espanha é uma nação americana”, disse o então Príncipe de Astúrias, Felipe VI, em um discurso na Universidade de Harvard. A realidade americana não pode ser entendida sem a presença espanhola, e a identidade espanhola não pode ser entendida sem sua bagagem ibero-americana. Essa relação historicamente estratégica configura um ativo extraordinariamente importante para a Espanha e para todos os países da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

É verdade que as relações comerciais da Espanha e América Latina são menos importantes do que comumente se acredita, e logo menos do que deveriam ser. No período de 1995 a 2013, as importações representaram entre 3,5% e 7,8% do total das importações espanholas, dependendo do ano. As exportações, por sua vez, moveram-se neste período entre 4% e 6,4%. Em claro contraste, os investimentos espanhóis na América Latina são extraordinariamente importantes e representam quase 30% de nossos investimentos no exterior, sendo a Espanha o segundo maior investidor na região, perdendo apenas para os EUA.

No entanto, a Espanha não pode limitar as suas relações com a Ibero América ao âmbito regional. Hoje, mais do que nunca, a Espanha deve oferecer a sua vantagem competitiva e valor agregado como

“ *Espanha deve oferecer a sua vantagem competitiva e valor agregado como membro da União Europeia e reforçar a sua posição como um parceiro confiável ao conjunto de nações latino-americanas* ”

membro da União Europeia e reforçar a sua posição como um parceiro confiável ao conjunto de nações latino-americanas.

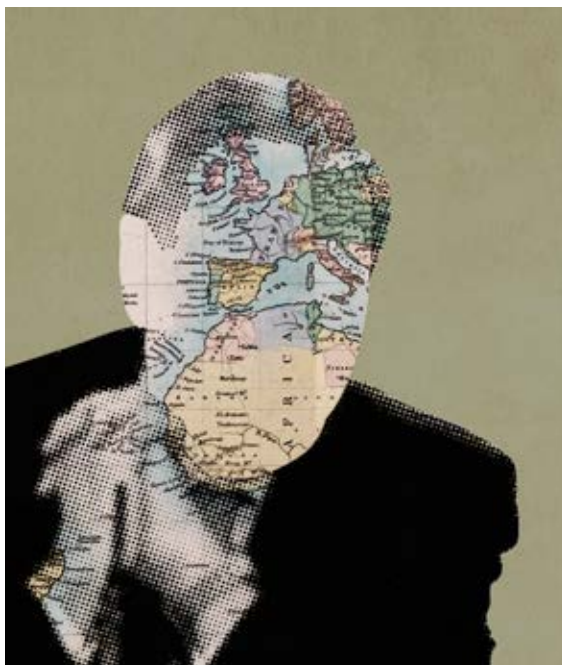
Por outro lado, um dos principais atores na cena internacional como é a UE não pode voltar as costas a uma região de importância econômica e política como a Comunidade Ibero-Americana. Esta região é um

dos principais *players* no cenário internacional, tanto por seu peso no PIB mundial, sua população, sua participação no comércio mundial ou o seu peso em importantes organismos multilaterais.

Durante muito tempo, as relações entre a UE e a América Latina não tinham ocupado o posto que realmente merecem. Na realidade, a atenção na América Latina e o início de um processo de crescente aproximação estão intimamente ligados à incorporação da Espanha —e também de Portugal— ao processo de integração europeu. O duplo caráter da Espanha, de país europeu e ibero-americano, serviu para facilitar o entendimento entre a Europa e a América Latina, e foi, sem dúvida, um fator determinante para a aproximação das duas regiões. O impulso das relações entre a União Europeia e a América Latina tem sido sempre, desde o momento de nossa adesão ao processo de integração europeu, um objetivo essencial da nossa política externa.

Este processo de aproximação foi acelerado nos últimos anos, registrando grandes avanços. Sem pretender ser exaustivo, podem-se citar alguns dados que atestam este processo: a assinatura do Acordo de Comércio Multipartido com o Peru e a Colômbia, a assinatura do Acordo de Associação com a América Central, o processo que deverá conduzir à atualização do Acordo Global com o México e do Acordo de Associação com o Chile, para citar alguns dos processos que este governo tem ajudado a impulsionar. Antes do final de 2015, os cidadãos colombianos e peruanos que viajam para a Europa poderão fazê-lo sem visto, graças a uma iniciativa apresentada pelo primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy.

Esta aproximação tem sido um claro reflexo do avanço das relações comerciais. Desta forma, a União Europeia já é o segundo maior parceiro comercial¹ da América Latina e do Caribe. Ao longo da última década, o comércio birregional de bens mais do que duplicou, atingindo 202 bilhões de



“ *O impulso das relações entre a União Europeia e a América Latina tem sido sempre, desde o momento de nossa adesão ao processo de integração europeia, um objetivo essencial da nossa política externa* ”

euros. Entre 2004 e 2014, as importações de bens procedentes da América Latina cresceram 64,3% e as exportações para a América Latina, aumentaram 124%. Do mesmo modo, os investimentos da UE na América Latina têm crescido significativamente nos últimos anos e representaram, em 2014, 43% do investimento estrangeiro direto nos países CELAC.

Indubitavelmente, os trabalhos que estão sendo realizados dentro do quadro institucional não são alheios a este processo e têm um impacto positivo no desenvolvimento econômico da região. Ao abrir o mercado à União Europeia às exportações latino-americanas e promover o investimento mediante o estabelecimento de marco de segurança jurídica, a União Europeia está contribuindo de maneira significativa para o processo de diversificação e transformação econômica que a América Latina vive hoje.

Em suma, penso que temos de estar satisfeitos porque produzimos importantes avanços nas relações birregionais nos últimos anos, o que nos permite encarar com otimismo e confiança um futuro que exige relações privilegiadas entre a América e a Europa.

¹ Fonte: SEAE e Comissão Europeia

MÉXICO-UNIÃO EUROPEIA: **RESPONSABILIDADE** GLOBAL **compartilhada**



Carlos de Icaza

Subsecretário de Relações Exteriores do México / México

O México tem um interesse estratégico em manter uma relação profunda, sólida, moderna e ambiciosa com a UE, com base nos valores comuns da democracia, do respeito aos direitos humanos e do diálogo social, bem como nos da herança cultural comum e dos fortes laços históricos, políticos, econômicos e humanos. Além disso, nos une o apoio ao livre mercado e a um sistema internacional baseado em normas que garantam a paz e a segurança. Também partilhamos interesses: ambos sabemos do potencial do livre comércio, do investimento estrangeiro direto e da integração para impulsionar o desenvolvimento econômico e a coesão social.

Para atender a ditos interesses, ambas as partes devem ser capazes de criar ou alterar os instrumentos e mecanismos necessários para concretizar mais iniciativas, aprofundar o diálogo político, incrementar o comércio, o investimento e o turismo, e aumentar a cooperação. Nisto consiste a tarefa atual de atualizar o Acordo Global e a Associação Estratégica, com seu Plano Executivo Conjunto, para que reflitam as mudanças dos últimos quinze anos no México, na UE e no ambiente global e tragam maiores benefícios para nossas sociedades.

Em 1950, os europeus empreenderam o projeto de integração mais ambicioso e bem-sucedido

“ *Para o México, a UE é um aliado estratégico em tema multilaterais e um ator decisivo para compor uma ordem mais justa e enfrentar os desafios globais*

da história e deram uma grande lição sobre como inovar na criação de instituições eficazes e poderosas que hoje permitem alcançar os equilíbrios que sustentam a União Europeia, com 26% do PIB mundial, sendo a maior potência comercial e o primeiro doador de ajuda ao desenvolvimento. Além disso, é um polo de desenvolvimento

tecnológico e sede de empresas líderes em setores estratégicos para o México, como o automotivo, aeroespacial e farmacêutico. No comércio, a UE é nosso terceiro parceiro e, de 1999 a 2013, foi o segundo investidor.

Os contatos governamentais com a UE e com seus Estados-Membros são frequentes e frutíferos. Desde o início do governo do presidente Peña Nieto, nós assinamos mais de duzentos acordos em matéria de saúde, educação, aviação, energia, cooperação tecnológica e científica e econômico-comercial, entre outros. Houve quatro visitas de Estado –Portugal, Espanha, Reino Unido e França– e uma oficial –Itália–, e recebemos no México altos funcionários de uma dezena de Estados-Membros, além dos muitos encontros do Chanceler Meades com seus pares europeus. Com a UE, do qual o México é um parceiro estratégico, acabamos de celebrar a VII Cúpula, na qual acordamos em dar passos significativos para impulsionar o processo de atualização de nosso marco jurídico bilateral e iniciar negociações em breve.

Para o México, a UE é um aliado estratégico em tema multilaterais e um ator decisivo para compor uma ordem mais justa e enfrentar os desafios globais. As coincidências nas Nações Unidas e no G20 são muitas e frequentes, e somos um importante interlocutor um do outro. Além disso, ambos temos grande disposição para assumir maiores responsabilidades na arena global, particularmente em questões como as mudanças climáticas, a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, o problema mundial das drogas, a migração ou das Operações de Manutenção de Paz sob amparo das Nações Unidas. Qualquer esforço será muito mais eficaz se o México e a UE trabalham de maneira conjunta.

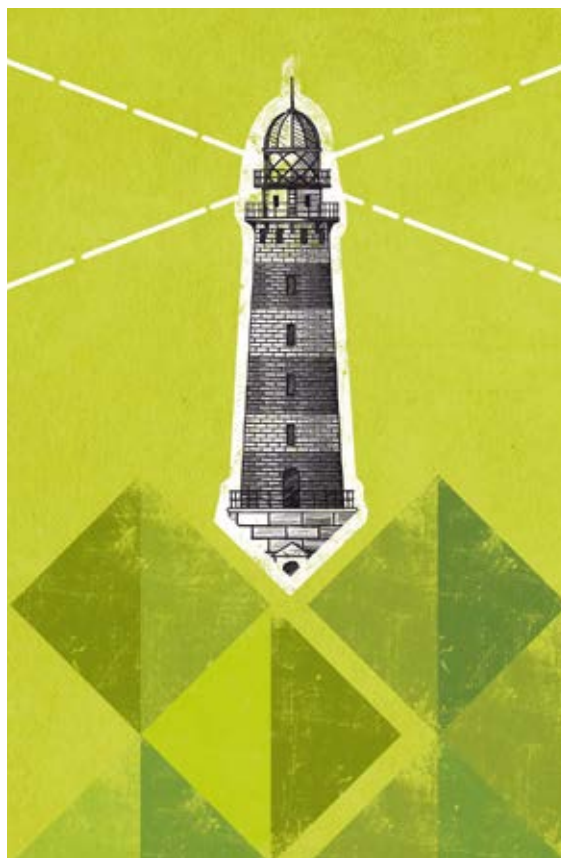
Isto também se aplica ao âmbito da cooperação internacional. A UE é um ator de primeira importância neste setor e o México está desenvolvendo suas capacidades para participar, não só como um receptor, como no passado, mas também como um fornecedor, o que abre a possibilidade de promover mais projetos bilaterais, mas, acima de tudo, se aventurar na cooperação triangular.

Aos pilares básicos do diálogo político, integração econômica e cooperação nas relações bilaterais, devemos acrescentar uma ampla agenda de temas específicos em que a cooperação entre a UE e o México é, em si, benéfica. Tal é o caso dos intercâmbios em matéria de ciência e tecnologia, formação, energia, educação superior, direitos humanos, justiça, política regional e emprego, por exemplo.

Há poucos atores no ambiente internacional que sejam mais idôneos que a UE a contribuir para que o México alcance seus objetivos internos e externos. Além disso, o México e Europa são chamados a desempenhar um papel significativo no sistema internacional, cada um em seu campo e a partir de suas capacidades, mas também conjuntamente, com base em suas semelhanças em valores e interesses, para ajudar a moldar um cenário global em que possam desenvolver-se plenamente.

“ Há poucos atores no ambiente internacional que sejam mais idôneos que a UE a contribuir para que o México alcance seus objetivos internos e externos

Mexicanos e europeus têm uma agenda ampla e dinâmica e sinergias que nos unem, apesar da distância. Nossos esforços têm uma complementaridade inerente que irá torná-los mais frutíferos se aprofundarmos as relações e buscarmos benefícios tangíveis e concretos para as nossas sociedades.





Andrés Rebolledo

Diretor-geral de Relações Econômicas Internacionais,
Ministério de Relações Exteriores do Chile / Chile

Os históricos laços políticos, culturais e econômicos entre a Europa e a América Latina e o Caribe (ALC) vem de longa data, mas apenas a partir de 1999, logo após a primeira reunião birregional no Rio de Janeiro, as relações entre a ALC e a União Europeia (UE) adquiriram um caráter mais institucional, convertendo-se em componente substantivo das estratégias políticas e econômicas em ambas as regiões, particularmente em questões econômicas e de cooperação internacional.

Nos últimos anos, percebemos que a relação comercial entre nossas regiões tem sido afetada em consequência da persistente crise econômica europeia, agravada pela crise internacional desencadeada entre 2008 e 2009. No entanto, a América Latina e o Caribe estão interessados em fortalecer vínculos econômicos com a UE.

O aprofundamento das relações econômicas entre as duas regiões deveria ser parte relevante da agenda. Com efeito, hoje em dia, quando os desafios comerciais colocam as regiões no centro do mundo global, a ALC não pode evitar que na reorganização do mapa global geoeconômico, a Europa tenha um peso muito significativo. Ao mesmo tempo, a diversificação produtiva requerida pela ALC e o aporte científico-tecnológico e as capacidades de investimento europeus que

“*Estamos interessados em estimular os fluxos europeus de investimento europeus e a aproximação entre empresas europeias e as multilaterais*”

podem contribuir para este objetivo são inevitáveis.

A UE é a primeira investidora, a principal fonte de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, o segundo maior parceiro comercial e o primeiro importador mundial de alimentos da ALC. O programa da UE

para a investigação, inovação, ciência e tecnologia, “Horizonte 2020”, está aberto à participação dos nossos países, assim como o novo “Erasmus Plus”, para a mobilidade estudantil e acadêmica. É preciso explorar plenamente essas oportunidades para melhorar a produtividade e a competitividade.

Estamos interessados em estimular os fluxos europeus de investimento e a aproximação entre empresas e as multilaterais, as que estão cada vez mais presentes no território europeu. A este respeito, é preciso salientar que o Banco Europeu de Investimento planeja destinar até 2,3 bilhões de euros para projetos de conectividade em nossa região. Esses recursos, juntamente com aqueles previstos pela CAF e o BID, abrem oportunidades sem precedentes para promover o desenvolvimento regional. As áreas de infraestrutura, energia, turismo, universidades e centros tecnológicos poderiam ser beneficiados por financiamentos conjuntos e pela experiência profissional europeia.



“A América Latina e a Europa se necessitam

Outra área em que podem surgir novas iniciativas têm a ver com os acordos de associação birregionais e inter-regionais. Neste campo, o processo aberto no início do ano 2000 com a assinatura de acordos de associação integral entre a UE e o México, Chile, Peru e Colômbia, bem como com a América Central, ganharam um novo impulso, ao qual se soma a retomada das negociações para um acordo UE-Mercosul. Além disso, em 2014 houve dois acontecimentos significativos: em julho, o Equador e a UE chegaram a um acordo comercial, enquanto em fevereiro, a UE e Cuba restabeleceram o diálogo para concretizar um acordo especial de cooperação para desenvolver o comércio e investimento.

Finalmente, a criação da Aliança do Pacífico (AP), que compreende Chile, Colômbia, México e Peru, com 42 observadores, 13 deles membros da UE, tem servido para estimular um processo de integração latino-americana, em acordo com as novas tendências das relações econômicas internacionais.

A iniciativa do Chile, bem acolhida por seus sócios da AP, de “convergência na diversidade” para criar um espaço para a complementariedade com o Mercosul, para enfrentar necessidades comuns ligadas à conectividade, energia, facilitação do comércio, entre outros, espera que a convergência da região se fortaleça, podendo relacionar-se melhor com outras regiões, particularmente com a UE.

As relações em matéria de cooperação também estão evoluindo como consequência da implementação dos oito capítulos temáticos adotados em 2010, a partir dos eixos prioritários das Linhas de Ação de Madri (Ciência, investigação, inovação e tecnologia; desenvolvimento sustentável; meio ambiente, mudanças climáticas, biodiversidade, energia, integração regional e interconectividade para promover a integração e a coesão social; migrações; educação e emprego para fomentar a integração, a coesão social e o problema mundial das drogas) concluídos em 2013, durante a Cúpula de Santiago do Chile, com dois novos capítulos: Gênero e Investimentos. Todas estas questões são de primordial importância para o Chile e, claro, também para toda a região.

A América Latina e a Europa se necessitam. Os atuais momentos de dificuldades econômicas em ambas as regiões serão superados. As diferenças políticas, tanto na Europa como em nossa região, nos convidam a promover a convergência, e não deveriam ser obstáculo para aprofundar nossos vínculos econômicos e de cooperação.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM CUBA, COMPONENTE *fundamental* PARA O DESENVOLVIMENTO

DE DETERMINADOS SETORES DA ECONOMIA NACIONAL



Déborah Rivas

Diretora-geral de Investimento Estrangeiro, MINCEX / Cuba

O Governo cubano aprovou, em outubro de 2013, a Política de Investimento Estrangeiro, que reconhece o papel potencial dos fluxos de capital estrangeiro capazes de contribuir eficazmente para a realização dos objetivos de desenvolvimento econômico sustentável do país.

Durante a edição XXXII da Feira Internacional de La Havana 2014 foi publicado o novo Portfólio de Oportunidades de Investimento Estrangeiro e o Guia do Investidor, documentos que propiciam, de forma eficaz, promover e atrair investimentos estrangeiros para o país. É possível encontrar informações detalhadas no site: www.cepec.cu.

No Portfólio de Oportunidades 2014 foram incluídos os princípios gerais e setoriais da política de investimento estrangeiro, que será o guia para gerenciá-lo como um elemento ativo e fundamental em determinadas atividades econômicas. Além disso, inclui informações dos setores em que a atração de capital estrangeiro é priorizada, assim como 246 projetos com potencialidade para executar investimentos nos setores agroalimentares, indústrias em geral, energia proveniente de fontes renováveis e não renováveis, mineração, transporte, turismo, indústria açucareira, entre outros. O portfólio inclui também um grupo de projetos a serem desenvolvidos na Zona Especial de Desenvolvimento Mariel (ZEDM). Cada pro-

“*Espera-se que o capital estrangeiro gere efeitos positivos para a indústria nacional cubana*”

jeito conta com uma ficha que inclui informações gerais de interesse para os investidores estrangeiros.

Dentro de setores e atividades priorizadas listadas na nova carteira, estão incluídas a produção e a industrialização de alimentos, o desenvolvimento da produção industrial para exportação e de substituição de importações nos ramos siderúrgico e químico e produtos eletrônicos, o desenvolvimento de novas infraestruturas e a modernização das já existentes. Espera-se que o capital estrangeiro gere efeitos positivos para a indústria nacional cubana, e o desenvolvimento de ligações produtivas em todas as direções que contribuam para aumentar a eficiência da cadeia produtiva.

Desde a aprovação e entrada em vigor do novo marco legal para o investimento estrangeiro, e como resultado das ações de promoção realizadas, muitos interesses de investimento em atividades e setores surgiram, tais como a exploração de petróleo e gás; da geração elétrica a partir de fontes renováveis –entre eles, destacam-se projetos de energia eólica e parques bioelétricos, a partir de biomassa canavieira–; indústria de alimentos em geral; agricultura; indústria siderúrgica e secundária; construção de hotéis e campos de golfe; produção de materiais de construção e comércio atacadista.

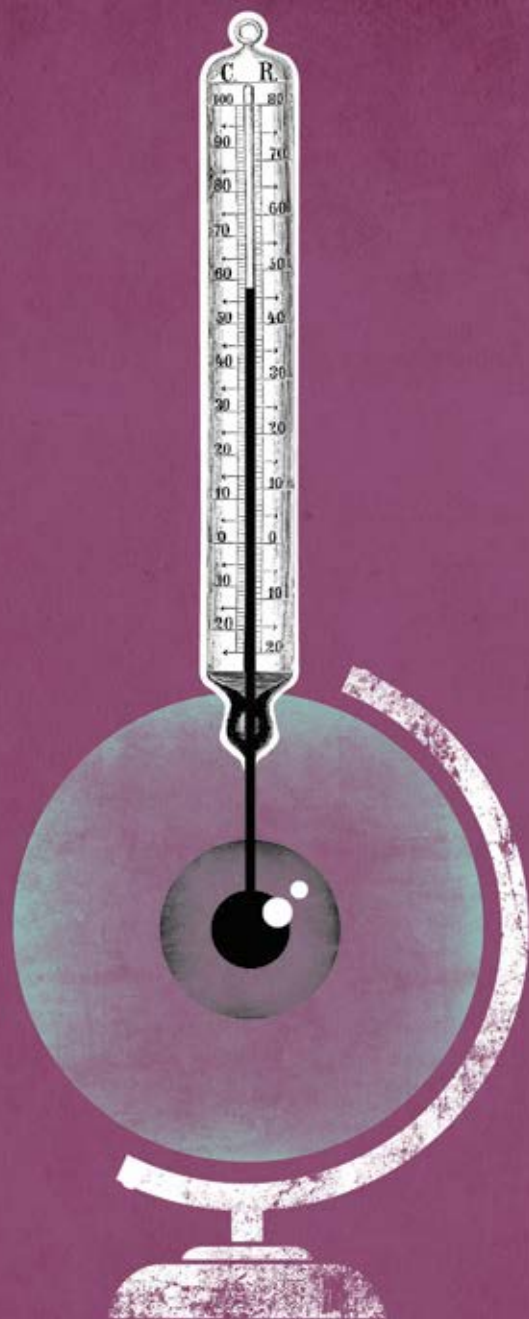


Atualmente, empresas de diversos países estão negociando projetos de investimento em diversos setores, tanto na ZEDM como no restante do país; o impacto real do investimento estrangeiro será analisado a médio e longo prazo. Neste momento, estamos agora nos estágios iniciais da atração, cujo principal objetivo consiste em buscar maiores interesses de companhias estrangeiras e ganhar sua confiança.

Antes do final de 2015, o Portfólio de Oportunidades será atualizado, retirando projetos que já se encontram em fase final de negociação e incorporando novos.

O intercâmbio com empresas espanholas têm aumentado nos últimos meses, alcançando a concretização de dois usuários na Zona Especial de Desenvolvimento Mariel e com grandes potencialidades de negócios no resto do país.

“O principal objetivo consiste em buscar maiores interesses de companhias estrangeiras e ganhar sua confiança”





Miguel Arias

Comissário europeu de Energia e Ação para o Clima / Espanha

Há 30 anos, Espanha e Portugal firmaram sua adesão à União Europeia. Olhando para trás, é evidente para aqueles que experimentaram estes emocionantes anos que nossa incorporação ao projeto europeu tem sido um instrumento de modernização, estabilidade e de prosperidade para ambos os países. Apesar das dificuldades que atravessamos nos últimos anos, como consequência da pior crise econômica da nossa história recente, encontramos no seio da União Europeia uma garantia para um futuro melhor. Nunca o nosso continente, isto é, os países que fazem parte da União, haviam desfrutado de um maior período de paz, estabilidade e prosperidade. Isto não é fruto da casualidade. É fruto do esforço coletivo, baseado em solidariedade e em valores universais de liberdade, democracia, igualdade e Estado de Direito, com o objetivo de superar os egoísmos nacionais e assegurar a liberdade e prosperidade dos nossos cidadãos.

Em sua adesão à União Europeia, Espanha e Portugal também incorporaram consigo um pouco da América Latina, uma região que faz parte do nosso imaginário coletivo de maneira tão intensa e palpável que, às vezes, é difícil discernir exatamente onde acaba a Europa e onde começa a América. Por isso, a União Europeia e a América Latina têm procurado, ao longo dos últimos anos, estabelecer um marco estável de cooperação política, social e econômica que articulasse, em torno de valores

“ *Temos uma responsabilidade histórica de dar respostas concretas agora* ”

universais dos quais falava a princípio, nossas relações. Este desejo materializou-se na Conferência do Rio, em 1999, na associação estratégica birregional entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe. Desde

então, as distâncias que nos separam através do oceano têm sido reduzidas enormemente, em benefício mútuo. Há inúmeros exemplos disto. Os vínculos comerciais entre ambas regiões duplicaram na última década. A União Europeia é o principal investidor na região, com uma quota de 34% do investimento estrangeiro direto, enquanto 20% deste investimento na UE vem da América Latina e do Caribe. Assinamos numerosos acordos comerciais, tornando esta região em uma das mais integradas à União Europeia.

Além disso, ambas regiões compartilham a nossa preocupação com as questões globais. E, no mundo em que vivemos, enfrentamos grandes desafios comuns que só podemos combater se reunirmos nossos esforços. Devemos, portanto, aproveitar as oportunidades que nossas privilegiadas relações nos oferecem para materializar a nossa vontade de dar resposta aos grandes desafios globais de maneira conjunta, sendo um dos mais prementes em termos ambientais e de desenvolvimento, na luta contra as mudanças climáticas. Temos, pois, uma responsabilidade histórica de dar respostas concretas agora. Neste contexto, a próxima Cúpula de Mudanças Climáticas, que será realizada em Paris, no final do

“A União Europeia está disposta a estender a mão àqueles que precisam dela para fazer da luta contra as mudanças climáticas uma realidade

ano, sob os auspícios das Nações Unidas, será uma oportunidade para demonstrar ao mundo que nossa parceria estratégica é uma associação para o futuro e uma oportunidade para promover de maneira conjunta um desenvolvimento sustentável e assegurar um elevado nível de vida para nossos cidadãos em forma de um compromisso firme, vinculativo, e fazer frente ao aquecimento global.

Como um negociador da União Europeia para a Conferência do Clima de Paris (COP-21), quero que esta Conferência seja um marco de uma nova era de interdependência global. Que sirva para dar início a uma nova fase em que a defesa do interesse comum reúna os países do mundo em torno da causa nobre de deixar um legado melhor para as futuras gerações em todo o planeta. A União Europeia colocou sobre a mesa um compromisso sólido e inequívoco a este respeito. Em outubro de 2014, alcançamos um acordo europeu para reduzir nossas emissões de CO₂ até 2030 em, pelo menos, 40% em relação aos níveis de 1990. Este acordo representa um claro exemplo da ambição e da seriedade do nosso compromisso climático. Além disso, acreditamos que este compromisso é compatível com o crescimento econômico e com a criação do emprego. Os dados demonstram. Apesar da crise econômica, nossa indústria tem conseguido reduzir suas emissões e manter-se competitiva, graças ao estabelecimento, há 10 anos, do mercado europeu de carbono, que incentiva o investimento em novas tecnologias mais eficientes. O progresso científico e tecnológico, além de uma nova oportunidade para as nossas economias, para as nossas empresas e para a criação de novos postos de trabalho, é a chave para o sucesso de nossa ação a favor do clima.

Importantes nações do mundo estão se movendo na direção certa. Todos os países do G7 tem posto objetivos de redução de emissões às claras, tal como foi acordado na última Conferência climática, realizada em Lima. A metade dos países membros do G20 apresentaram seus objetivos. No total, somos mais de 50 países que colocaram objetivos concretos de mitigação e adaptação sobre a mesa, incluindo o México, China, Estados Unidos, Rússia, Canadá e União Europeia. Juntos, representamos 60% das emissões globais. Embora seja um bom dado e isso demonstre que, cada vez mais, países estão levando a sério a sua responsabilidade, isso ainda não é suficiente. Então, quero encorajar as nações da América Latina que ainda não o fizeram a aderirem a este esforço, o quanto antes, cada um na medida de suas possibilidades. A União Europeia está disposta a estender a mão àqueles que precisam dela para fazer da luta contra as mudanças climáticas uma realidade. Ninguém deve faltar a esta responsabilidade global compartilhada já mencionada no princípio. Devemos todos contribuir para este esforço, uma vez que está em nossas mãos, especialmente na daqueles que têm responsabilidades públicas, deixar as gerações futuras um mundo melhor, mais justo e mais próspero.

A luta contra as mudanças climáticas tem muito a ver com os valores compartilhados dos quais falávamos no início. Não podemos e não devemos hipotecar o futuro dos nossos filhos, tornando-os ainda mais vulneráveis aos riscos da mudança climática. Este desafio global é maior do que a nossa ação separada pode abarcar. A União Europeia saberá estar à altura destas circunstâncias. Estou confiante de que o nosso compromisso servirá de exemplo para outras regiões do mundo, e também para a América Latina. Não devemos perder a oportunidade que Paris oferece a todas as regiões e nações do mundo. Vamos, na Cúpula de Paris, revigorar a cooperação internacional, alcançando um bom acordo sobre o clima, que seja vinculativo, com objetivos claros e progressos mensuráveis. Toda a humanidade estará nos assistindo e lembrará daqueles que ficaram à altura das circunstâncias.

TEMOS DE **REFORÇAR**
AS **relações** COM NOSSOS
ALIADOS NATURAIS



Antonio Tajani

Primeiro vice-presidente do Parlamento Europeu / Itália

A União Europeia (UE) e a América Latina e o Caribe (ALC) são aliados naturais. Existe, desde sempre, profundos laços históricos, culturais, religiosos, econômicas e também sociais entre as duas regiões.

Nas últimas décadas, a cooperação tem sido desenvolvida a nível regional, sub-regional e bilateral, tanto por meio de acordos institucionais como mediante ações setoriais específicas.

Face aos desafios globais, tais como problemas de migração e integração, a luta contra o tráfico de drogas, a ação climática (especialmente tendo em vista a Conferência do Clima, em Paris –COP21–, em dezembro de 2015) e a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015, uma estreita cooperação entre a UE e a ALC é mais do que nunca necessária.

Por ocasião da última Cúpula UE-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), realizada em junho deste ano, em Bruxelas, os dois blocos concordaram em aumentar, de fato, a cooperação entre si, para que se realizem intercâmbios concretos e também estabeleceu um agenda para enfrentar os desafios comuns.

A UE atribui grande importância à ALC, sendo o maior investidor estrangeiro na região, com volumes de investimento estrangeiro direto (IED) que alcançaram os 505,7 bilhões de euros em 2013,

“*A União Europeia (UE) e a América Latina e o Caribe (ALC) são aliados naturais*

mais que a IED da UE na Rússia, China e Índia juntos.

Do mesmo modo, a UE assinou acordos comerciais com 26 dos 33 países membros da CELAC, e há, neste momento, uma forte

vontade política para avançar rapidamente à modernização e adequação dos Acordos de Associação com o México e o Chile, a fim de obter Acordos atualizados, completos e equilibrados.

Mas devemos ir mais longe, e isto também a níveis comerciais, econômicos e políticos. Em um nível comercial, nota-se que ainda faltam países com acordos, me refiro ao Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela), e Cuba e Bolívia, que ainda não o fizeram.

Em relação às negociações do Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul, esperamos que em breve haja um intercâmbio das ofertas de negociação, a fim de favorecer a celebração de um Acordo de Associação.

Acordos comerciais equilibrados oferecem muitas possibilidades para o desenvolvimento e o crescimento de um país, mas também pode-se alcançar resultados concretos e rápidos com iniciativas políticas menores. Como Comissário Europeu responsável pelas Indústrias e Empresas, desenvolvi as “Missões para o Crescimento”. O objetivo era visitar um país com uma delegação de empreen-

E



A

“Estou convencido de que não devemos deixar a América Latina para os chineses

dedores e realizar encontros, tanto com altos funcionários de governos como empresários, a fim de alcançar uma maior e mais diversificada cooperação industrial com a UE. Conduzi estas “Missões para o Crescimento” em quase metade dos países da América Latina e creio que posso dizer que foram um grande sucesso, que trouxeram resultados concretos, com assinaturas de acordos de cooperação em vários setores, como o de matérias-primas, de PMEs, política espacial e de turismo.

É preciso continuar com este mesmo impulso político. Acho que enfrentar desafios comuns, e como aliados naturais, temos de fazer mais. É essencial que a UE e os países da CELAC reforcem as suas relações comerciais recíprocas no contexto de um mundo intensamente interligado. Não podemos esquecer que, juntos, reunimos sessenta e um países (quase um terço dos membros das Nações Unidas), oito membros do G20 e agrupamos mais de um bilhão de pessoas (cerca de 15,5% da população mundial). Com posições comuns podemos melhorar as coisas!

Nos últimos anos, temos visto novos atores terem um papel cada vez mais importante na ALC, como a China. Estou convencido de que não devemos deixar a América Latina para os chineses, como foi feito com a África, isso porque os investimentos que estão colocando não vão necessariamente incentivar o desenvolvimento da região. Os créditos concedidos estão vinculados a condições, como por exemplo, nos trabalhos de construção, onde devem participar, em grande escala, as empresas chinesas. Além disso, os países que assinaram acordos comerciais com a China estão percebendo que estão desequilibrados e muito focados em matérias-primas e nada mais.

Creio também que há não apenas uma vontade política, mas também dos povos da América Latina de negociar conosco, europeus, e não com os chineses. Lembro-me, em particular, das manifestações na Nicarágua contra o canal interoceânico.

Temos que colocar de novo a atenção sobre nossos aliados naturais, que são os países da América Latina e do Caribe, e nisso a Espanha e Portugal podem nos ajudar, como fizeram quando aderiram à União Europeia, em 1986, pressionando para a intensificação das relações entre a UE e a ALC.

Agora, como vice-presidente do Parlamento Europeu responsável pelas relações com a América Latina e o Caribe e membro da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (Eurolat), vou continuar trabalhando para desenvolver nossos vínculos. Neste sentido, apresentei um documento¹ sobre o estado das relações entre a UE e a ALC por ocasião da Cúpula da Eurolat no Panamá, em fevereiro deste ano.

¹ http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/committees/trade/meetings/2015_03_18_panama/comercio_es.pdf



A RELAÇÃO *UE-CELAC*: “*Eppur si muove!*”



Ramón Jáuregui

Eurodeputado. Co-presidente da Assembleia Parlamentar
Euro-Latino-americana (EuroLat) / Espanha

Aqueles que acreditam no enorme potencial da América Latina continuam a ver o copo que mede nossas relações políticas e econômicas meio cheio. Pode-se dizer que, nos últimos anos, nosso peso econômico e influência política diminuíram. Pode-se e deve-se reconhecer que outros países estão pisando forte em seus investimentos e em seus acordos comerciais, especialmente a China, mas não apenas ela. É inegável que a Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia e México) está funcionando muito bem e abrindo, na Ásia, enormes expectativas para toda a região. Tampouco é discutível que os anos de crescimento econômico, a uma taxa média de 4% no conjunto da América Latina, terminaram, e que uma grave crise de preços dos produtos primários de exportação estão afetando severamente as finanças públicas de muitos dos principais países latino-americanos. Pode-se acrescentar a isso, inclusive, a grave deterioração da democracia venezuelana que ameaça a população desse país tão querido e importante.

Eppur se muove, como disse Galileo. Muitos acreditam que a América Latina continuará a crescer e continuará a ser um ótimo lugar para o investimento, de comércio e de modernização social. Seus dados demográficos são encorajadores. As necessidades de investimento em sua infraestrutura física e tecnológica são enormes. O nível de

“ *Muitos acreditam que a América Latina continuará a crescer e continuará a ser um ótimo lugar para o investimento, de comércio e de modernização social*

escolaridade básica é notável na maioria dos países. Sua população tem uma vontade louvável de avançar e progredir. A classe média cresceu massivamente nos últimos anos. As margens de crescimento em bancarização, seguros, telecomunicações, serviços, trans-

porte, portos, aeroportos, na matriz produtiva em geral, são muito amplas. As democracias foram consolidadas e um novo pacto entre a esquerda política e as empresas começa a emergir.

A Cúpula UE-CELAC no início de Junho, realizada em Bruxelas, respondeu a este contexto e a uma dupla demanda. Por um lado, reforçar a Aliança Estratégica Birregional, para fazer juntos mais e melhores coisas no exigente mundo globalizado, a partir de uma visão bastante semelhante da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e dos grandes desafios de governança: paz, mudanças climáticas, gestão financeira, objetivos de desenvolvimento pós-2015, movimentos migratórios, etc. Por outro lado, intensificar nossas respectivas áreas de comércio, diálogo político e cooperação. Ou seja, modernizar e atualizar os Acordos da UE com o México e com o Chile. Concluir as negociações do Acordo UE-Ecuador, que se junta ao já vigente Acordo com a Colômbia e Peru. Retomar as negociações com o Mercosul. Intensificar a cooperação com a América Central. E, finalmente,

“*A Europa deve olhar para a América Latina, antes que os olhares americanos ao Pacífico nos deem as costas*”

assinar um acordo abrangente com Cuba, que já está negociando desde abril de 2014.

A América Latina se move. Na direção certa com Cuba, o que, muito provavelmente, acabará restabelecendo relações políticas plenas com EUA e abrirá a ilha ao intercâmbio comercial e ao investimento econômico, como um prelúdio para a abertura do espaço eletrônico (redes, televisão, telecomunicações, etc.) e, com ele, para a liberdade e a democracia. Uma lástima, a propósito, que o Governo da Espanha esteja tão ausente em um processo em que deveríamos ser, por muitas razões, os principais protagonistas. Move-se também no caminho da esperança, com dúvidas e retrocessos, o processo de paz na Colômbia. Se o presidente Santos e as FARC firmam a paz, esse país terá enormes sinergias de crescimento e progresso, por mais complexas e difíceis que sejam – e são muito – as consequências e condições deste cessar da violência. A América Latina move-se em direção à consolidação de suas democracias, à modernização de suas estruturas administrativas, ao desenvolvimento de estados mais fortes e sérios, com Fazendas mais eficazes e serviços públicos de educação, saúde e luta contra a exclusão mais robustos.

Resta um amplo campo para continuar acentuando nossas relações. Como tive a oportunidade de dizer a todos os Chefes de Estado e de Governo na Cúpula UE-CELAC, em um discurso que me correspondia diante deles, em nome da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (Euro-Lat), o próximo desafio das nossas relações está na intensificação de nossos intercâmbios sociais: estudantes, professores e pesquisadores, empresários, universidades, ONGs, devem unir o círculo cultural e histórico que forma a América Latina e Europa. A Europa deve olhar para a América Latina, lhes disse, antes que os olhares americanos ao Pacífico nos deem as costas. E agora, acrescento, a Espanha é a chave para o projeto de unir universidades, de conectar sociedades, de ir de mãos dadas pelo mundo, de ajudar a melhorar com nossas melhores práticas, para enriquecer-nos mutuamente, para fazer mais coisas juntos. Infelizmente, nos últimos anos perdemos o passo neste espaço vital que é a América Latina, dada a nossa estranha e fraca política internacional.





Teresa Jiménez-Becerril

Eurodeputada no Parlamento Europeu / Espanha

As relações entre o México e a União Europeia têm evoluído como resultado de uma interação complexa entre as diretrizes que marcaram a agenda internacional. Entre estas, é necessário destacar a globalização do modelo económico e político do Atlântico Norte ou a inclusão da segurança como uma política fundamental após os ataques de 2001. Ainda assim, tanto nas preferências quanto em realidades que enfrentaram as respectivas regiões, percebe-se uma associação forjada na identificação de valores comuns que salvaguardem uma mesma visão cultural e política, orientando assim as relações de ambas as partes.

Concretamente, embora as relações entre o México e a União Europeia possam ser datadas nas últimas décadas do século passado, estas não encontraram nenhum canal formal até a aprovação do primeiro acordo de cooperação. Trata-se do “Acordo Global” de Associação Económica, Diálogo Político e Cooperação, que entrou em vigor em outubro de 2000. Sem dúvida, o Acordo foi um instrumento imprescindível, que permitiu um crescimento significativo quanto ao que se refere a intercâmbio comercial e relações políticas. É necessário destacar que estas últimas foram desenvolvidas com uma significativa fluidez,

“ *O reconhecimento do México como um parceiro estratégico permitiu potencializar ainda mais o diálogo político, o que significou uma maior coordenação das posições de ambas as partes sobre questões concretas de transcendência global* ”

entre os diferentes governos e parlamentos, canalizando-se através dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar Mista, que tenho a honra de presidir, mas também por iniciativas empreendidas por parte da Assembleia Parlamentar Eurolat, de que também faço parte.

Em 2009, houve mais uma iniciativa que tem marcado as relações entre o México e a União Europeia, quando o

nosso Parlamento aprovou uma proposta apresentada pelo Grupo Popular Europeu, que pleiteava elevar as relações com o México ao grau de “Associação Estratégica”, afirmando assim a importância que o México, como um país, tem para toda a Europa. Podemos afirmar que este foi um passo chave e imprescindível para consolidar as relações já existentes, oferecendo um status às relações com o México, só comparável à de outros parceiros europeus, tais como os Estados Unidos, Rússia, China ou o Brasil. O reconhecimento do México como um parceiro estratégico permitiu potencializar ainda mais o diálogo político, o que significou uma maior coordenação das posições de ambas as partes sobre questões concretas de transcendência global como são as de segurança, proteção ao meio ambiente e temas socioeconómicos. Por outro lado, para a União Europeia era



“*O trabalho da Comissão Parlamentar Mista sempre esteve dirigido a incentivar politicamente o rumo que as duas partes deram prioridade, e que não é outro senão seguir o mesmo interesse e um mesmo caminho*”

de vital importância fortalecer uma relação privilegiada com um país como o México, que ocupa uma posição de liderança entre os principais fóruns latino-americanos e que integra parte das principais organizações mundiais.

Nos 15 anos transcorridos desde a aprovação do Acordo Global, os desafios que ambas as partes tiveram que enfrentar são substanciais, assim como a busca de soluções comuns antes da crise econômica e financeira, a elaboração de exigentes estratégias contra as mudanças climáticas, o desenvolvimento de um diálogo estruturado sobre a imigração ou a colaboração para alcançar o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio. No entanto, devemos nos perguntar se durante esse período o México e a União Europeia evoluíram em uma mesma direção ou ao contrário, tomaram caminhos diferentes para estes e outros desafios que a realidade global impôs. Levantar esta questão no quadro atual das negociações, que tem como objetivo renovar o Acordo Global é essencial para que o impacto da renovação não seja limitado. Para isto, tanto o México como a União Europeia chegaram a um consenso que permite rever as relações existentes e encontrar novas maneiras de intensificar os intercâmbios bilaterais.

Desde a sua criação, o trabalho da Comissão Parlamentar Mista sempre esteve dirigida a incentivar politicamente o rumo que as duas partes deram prioridade, e que não é outro senão seguir o mesmo interesse e um mesmo caminho. Assim, é possível identificar nas diversas Declarações Conjuntas adotadas no curso de nossas reuniões o esforço feito tanto pela contrapartida mexicana como europeia, abordando com seriedade e ambição política todos aqueles temas que afetam ambas as regiões. Para a Comissão Parlamentar Mista sempre foi uma obrigação acompanhar de perto o desenvolvimento da vida política e o desenvolvimento econômico tanto do México como da União Europeia, mas sem descuidar de outros temas de cabal importância, como são as mudanças climáticas, a participação civil ou a cooperação em suas diferentes vertentes, seja em matéria de coesão social ou relativa ao ensino superior.

A partir deste espaço que me foi concedido pela Revista UNO, gostaria de renovar o meu compromisso político como presidente para promover e fortalecer as relações entre o México e a União Europeia para o bem comum de ambos.





José Ignacio Salafranca

Vice presidente da Seção Espanhola do Conselho Federal do Movimento Europeu / Espanha

Nos últimos dias 10 e 11 de Junho realizou-se, em Bruxelas, a II Cúpula UE-CELAC (a VIII UE-AL), que perseguia o objetivo – como é sabido desde a criação do Mecanismo das Cúpulas, em 1999, que excedeu o Diálogo Político Ministerial de San José e com o Grupo do Rio – de estabelecer uma verdadeira Associação Estratégica entre as duas regiões. Este encontro, como de costume, foi acompanhado de uma renovação do Plano UE-CELAC e de uma declaração intitulada “Uma Associação para as próximas gerações”.

A cúpula anterior foi realizada em Santiago do Chile, em janeiro de 2013. Desde essa data muitas e importantes coisas aconteceram em ambas as regiões.

Na União foram realizadas eleições para o Parlamento Europeu, em 2014, depois que uma nova Comissão, presidida por Jean Claude Juncker, foi estabelecida. Donald Tusk substituiu a Herman Van Rompuy como presidente estável do Conselho Europeu e Federica Mogherini substituiu a Catherine Ashton, no cargo de Alta Representante para a Política Exterior e de Segurança Comum e Vice-Presidente da Comissão.

Nas eleições, o projeto europeu de construção europeia foi examinado a partir da crise mais pro-

“ *A nível bilateral, houve um impulso de uma série de propostas após a conclusão do Acordo de Associação entre a União Europeia e a América Central* ”

funda que viveu desde a sua fundação, em 1957, e seu resultado é conhecido: embora o Parlamento não tenha se tornado, como dizia Garton Ash “em uma caixa de cristais cheia de pessoas atirando pedras a partir de dentro”, é evidente que representantes dos partidos eurocépticos, eurófobos, xenófobos ou radicais de direita

ou esquerda se sentem, de forma crescente, nos assentos do Parlamento de Estrasburgo.

A Europa viveu, nos últimos anos, tentando superar a crise e focada, fundamentalmente, em seus projetos globais de consolidação, um pouco como no mito de Narciso, absorto na contemplação de seus próprios problemas. Colocando ênfase na dimensão interna de seu Projeto: Mercado Interno e União Econômica e Monetária, tentando superar as lacunas existentes, procurando a saída do labirinto grego, avançando na União Bancária e Fiscal, para recuperar o caminho do crescimento sustentado e da criação de empregos.

Tudo isso foi traduzido nas Orientações Políticas apresentadas pelo Juncker, antes da sua investidura prévia no Parlamento Europeu, onde se levantou uma Agenda em relação a questões de emprego, crescimento, equidade e mudança democrática, destacando as vantagens que isso implica para o mercado interno e lançando, como medida estre-

“*A América Latina está centrada na consolidação e na preservação de suas conquistas econômicas, o que dependerá, em grande medida, da melhoria da coesão social e do sucesso de seus projetos de integração regional*

la, um Plano de Investimentos com montante de 315 bilhões de euros.

É evidente que o resultado das eleições de 7 de maio no Reino Unido foi um fator determinante para o futuro da UE.

A dimensão externa do projeto, partindo da base de que não haverá novas ampliações nos próximos 5 anos, foi condicionada pelos desafios estipulados na Política de Vizinhança, tanto setentrional –com a falida Cúpula de Vilnius–, como meridional –onde a primavera árabe fez florescer apenas na Tunísia e não sem dificuldades, como vimos no atentado do Museu do Bardo, e onde ainda existem gravíssimos problemas, como na Líbia, Síria, Níger, Nigéria, Iêmen, Egito, Afeganistão, Iraque, Quênia, etc.

A prioridade, no âmbito das negociações comerciais tem-se centrado sobre o ambicioso Acordo de Comércio e Investimento (TTIP) entre a UE e os EUA, que apesar da União Europeia já ter negociado, permanece negociando ou em conversações com vistas à concluir Acordos da mesma natureza com a Coreia do Sul, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Malásia, Tailândia, Vietnã, Ucrânia, Marrocos, Tunísia, Jordânia, Egito, etc.

Enquanto isso, a América Latina, onde alguns de seus países vinham liderando, até recentemente, junto com alguns países asiáticos, o crescimento econômico mundial, graças, entre outros fato-

res, ao aumento do preço das matérias-primas, parece estar imersa em uma mudança de ciclos, com um certo abrandamento econômico.

Não é estranho, nesta situação, o Brasil estar vivendo este momento, sendo a sexta maior economia do mundo, cujo modelo está dando claros sinais de esgotamento. O Brasil esteve à beira da recessão no ano passado, quando cresceu apenas 0,1% e houve um recuo de quase 5% dos investimentos, assim como uma significativa depreciação da sua moeda, que repercutiu diretamente sobre os seus parceiros do Mercosul.

Por outro lado, o restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e os EUA, em dezembro de 2014, revitalizou a Cúpula Hemisférica no Panamá, com a celebração da 7ª Cúpula das Américas, na qual, pela primeira vez, participaram Cuba, sem que isso implique, no entanto, no fracasso dos diversos organismos regionais (CELAC, Mercosul, Unasul, Aliança do Pacífico, Sieca, etc.).

Vai ser muito interessante constatar, como apontou recentemente uma oportuna análise da LLORENTE & CUENCA, se esta aposta da administração Obama irá permitir que os EUA recupere a margem que perdeu no comércio da região, que caiu de 53% para 35% entre 2000 e 2013, e que coincide com um aumento dramático da participação da China na região.

Em outro ponto, a morte de Hugo Chávez, a crise da Venezuela, o processo de paz na Colômbia e as eleições presidenciais na Argentina, são fatos relevantes que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes na Cúpula de Bruxelas.

Diante deste contexto, quais são os avanços concretos, tangíveis e sonoros produzidos durante a Cúpula de Bruxelas?

A nível bilateral, houve um impulso de uma série de propostas após a conclusão do Acordo de

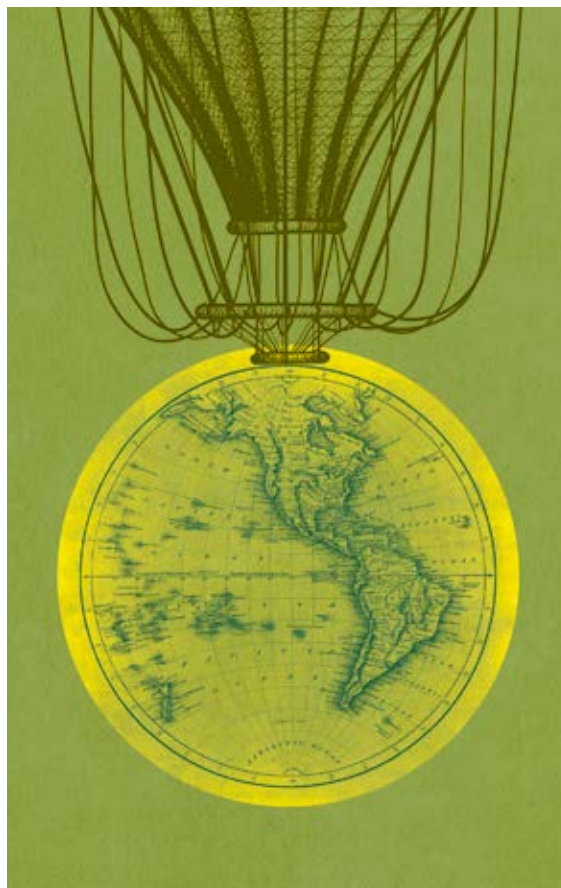
Associação entre a União Europeia e a América Central, que está em vigor e que vem a ser o primeiro Acordo de Associação com o componente de liberalização progressiva e recíproca de intercâmbios entre os dois blocos regionais. Ao mesmo tempo, o Equador aderiu ao Acordo Multipartido Peru-Colômbia, e formalizou-se a isenção do regime de vistos para cidadãos do Peru e da Colômbia, que agora desfrutam de um acordo de primeira divisão com a UE, antes injustamente vítimas de discriminação em relação a outros cidadãos do subcontinente que não desfrutam de um vínculo institucional dessa natureza.

A UE deu continuidade a seus contatos, para o marco da Posição Comum do Conselho, com vista à conclusão de um Acordo de Diálogo Político e de Cooperação com Cuba.

Também deu-se um impulso à renovação, modernização e atualização dos Acordos de Associação com o Chile e o México. Desde a Cúpula de Santiago perdeu-se um tempo precioso e a negociação com os EUA não deveria ser uma desculpa para que a UE chegasse tarde para beneficiar-se das vantagens que este acordo traria para o setor empresarial do nosso continente, e para as reformas constitucionais em curso em ambos os países –e, em particular, por seu alcance e dimensão, ao México–, como pôde ser verificado na Cúpula Ibero-americana de Veracruz. É evidente que ambos os processos são compatíveis e complementares.

Em relação ao Mercosul, valorizou-se a oportunidade de concluir, de uma vez por todas, um ambicioso e equilibrado acordo entre a UE e o Mercosul, com a fixação de datas para a apresentação de uma proposta de negociação que melhore aquela feita em 2004.

Outras áreas em que se registaram progressos foram nos âmbitos de projetos de investigação e inovação e de cooperação acadêmica, com os projetos Erasmus Plus e Curie.



Hoje, a União Europeia, apesar da crise, continua a ser o maior mercado do mundo em termos de poder aquisitivo, exportações e importações de bens e serviços, assim como em volume de emissão e recepção de investimentos estrangeiros diretos. O Investimento Direto da UE na América Latina é superior ao seu equivalente no Japão, Rússia, China e Índia juntas.

O comércio com a região dobrou na última década, a UE tendo conseguido manter a participação no mercado global de exportação com cerca de 20%, apesar da ascensão da China e os EUA e Japão, que viram diminuir as suas.

Daí os superávits na Balança Exterior de bens manufaturados, de serviços e até mesmo de produtos agrícolas, onde a UE foi tradicionalmente deficitária. E tudo isso não foi alcançado porque nós importamos menos, mas porque nós exportamos mais.

Mas sendo estes importantes aspectos econômicos, comerciais e de investimento, e desejando que estes se intensifiquem, convém colocar mais ênfase em princípios e valores compartilhados, como o da democracia pluralista e representativa, o respeito à liberdade de expressão, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, ao império das leis, às regras do jogo democrático, à segurança jurídica e à rejeição de qualquer forma de ditadura ou autoritarismo.

Por outro lado, é importante ir transitando de Agenda Bilateral a uma Agenda Global, para resolver os grandes desafios que chegam em uma escala planetária. A melhoria do multilateralismo efetivo é tanto um compromisso comum como um desafio para a Associação. A Cúpula apostou por aproveitar melhor o peso combinado da UE e da América Latina ao abordar os muitos problemas globais em que as distintas políticas, em muitos âmbitos, poderiam e deveriam convergir. Seria altamente desejável para ambas as regiões, que representam cerca de um terço dos Estados-Membros das Nações Unidas e do G20, assumir um maior protagonismo no cenário internacional. Especialmente no que tem sido chamado de “Agenda do Desgoverno”: a luta contra o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de drogas, em linha com o debate que acontecerá na Assembleia Geral da ONU, em 2016; a preservação do meio ambiente, os recursos naturais e as mudanças climáticas no contexto da Conferência de Paris, em dezembro deste ano; a segurança cibernética; a luta contra a pobreza, seguindo a Agenda de Desenvolvimento pós-2015; as pandemias; os conflitos regionais; os Estados falidos, etc.

Seria interessante constatar também, neste contexto, após a Cúpula, que as Relações Transatlânticas não deveriam ser somente coisa de dois, a UE e os EUA, mas coisa de três, envolvendo a América Latina. Se observarmos, vemos que na Aliança do Pacífico (todos os membros têm Acordos de Livre Comércio com os EUA e com a UE), o NAFTA, o TTIP, o CETA (Acordo de Livre Comércio UE-Canadá), os Acordos de Associação e Livre Comércio da UE e dos EUA com a América Central, todos eles representam uma rede de relações comerciais na área atlântica que, com o tempo, o impulso político necessário e os ajustes adequados, poderiam levar a um enorme Espaço Econômico Transatlântico (TAFTA).

A América Latina está centrada na consolidação e na preservação de suas conquistas econômicas, o que dependerá, em grande medida, da melhoria da coesão social e do sucesso de seus projetos de integração regional.

Hoje, com o deslocamento do eixo econômico mundial do Oceano Atlântico para o Pacífico e o Índico, a América Latina já não é periférica, mas central. Já não é mais um subcontinente emergente, mas emergido. A Europa, que é uma sociedade cronófaga, em luta contra o tempo, que vive uma hipertrofia do imediato, do presente, tem que sair da sua abstração e dar um passo decisivo na direção certa. A Cúpula de Bruxelas representa uma excelente oportunidade para cravar, com fatos concretos, a forma da Associação Estratégica Birregional. Agora falta o mais difícil: passar das palavras aos atos, ou de modo prático, das bem-aventuranças aos livros de contabilidade.

DO MÉXICO COM A **União Europeia**



Valentín Díez

Presidente do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimento e Tecnologia, A.C. (COMCE) e presidente do Comitê Bilateral México-Espanha da mesma organização / México

Nos últimos 35 anos, a economia mundial registrou mudanças impressionantes. Parte muito importante deste fenômeno se deve ao fato de que o comércio internacional ter crescido a taxas superiores às de produção, o que nos mostra que as economias estão registrando um processo de integração no esquema de fabricação em resposta às mudanças tecnológicas, à estrutura dos negócios e a um ambiente mais liberal para a realização do comércio.

A América Latina tem sido um participante muito ativo neste processo, não apenas pelas mudanças realizadas no aspecto político em muitos países, mas pelo fato de que as economias dos países da região se transformaram drasticamente.

Assim, a mudança registrada na América Latina tem sido caracterizada por uma enorme abertura causada por um processo de globalização mundial no qual a concorrência entre as diferentes regiões do mundo para exportar mais e por atrair mais investimentos estrangeiros, tem sido um dos fatores mais importantes.

Na América Latina e no Caribe as barreiras tarifárias foram reduzidas, o investimento estrangeiro continuou um forte processo de promoção, as empresas paraestatais foram sendo gradualmente privatizadas, a inflação sofreu uma queda drástica,

“ *A mudança registrada na América Latina tem sido caracterizada por uma enorme abertura causada por um processo de globalização mundial*

os sistemas financeiros foram completamente reestruturados e a liberalização das forças do mercado foram amplamente promovidas.

O México tem participado muito fortemente deste processo, promovendo reformas

que poucos países empreenderam e isso tem lhe permitido estar entre as 15 maiores economias do mundo; é também o 15º maior país exportador, elemento que afetou enormemente a força da produção nacional e a geração de empregos formais, devendo fazer menção ao fato de que os trabalhadores envolvidos nesta atividade, geralmente ganham rendimentos mais elevados do que de outros setores.

No período de 1994 a 2013 (últimos dados disponíveis), os fluxos de investimento estrangeiro mundial direto aumentaram mais de 450%, sendo os países desenvolvidos os principais beneficiários desta corrente, pois representaram 60% do total, enquanto os países em desenvolvimento capturaram 36% e os países em transição, os 4% restantes.

Durante este período, o México, como país importador líquido de capitais, que complementaram a poupança doméstica, recebeu mais de US\$ 400 bilhões, o equivalente a 1,97% do total de fluxos mundiais, tornando-se o 14º destino preferido da IED global.



Uma parte importante da inclusão do México no processo de globalização tem sido incentivada pela série de Tratados de Livre Comércio firmados e que atualmente lhe dão acesso preferencial a 46 países, sendo o mais importante deles o NAFTA, com o Canadá e os EUA, e o TLC com os 28 membros da União Europeia.

Por esta circunstância, em 2014, a União Europeia constituiu-se no segundo maior bloco mais importante, para o qual dirigimos 5,14% de nossas vendas, recebemos 11,03% das importações e que nos forneceu 46% dos investimentos que entraram no país, presentes em 16.431 empresas mexicanas, sendo Holanda, a Espanha e a Bélgica, os principais investidores.

É importante mencionar que após a crise de 2008, a estrutura dos negócios registrou uma mudança ainda maior, o que alterou as características de alguns países. No caso do México, que sempre foi um importador líquido de capitais, entre 1994 e 2013, este desenvolveu a exportação de capital no mesmo período em que superou a cifra dos US\$ 131 bilhões, dos quais US\$ 35 bilhões foram destinados à Europa, aproveitando a série de oportunidades apresentadas pela conjuntura econômica e a complementação que pode existir entre empresas euro-mexicanas, com especial ênfase na Espanha, que se beneficiou de investimentos de US\$ 17,46 bilhões, com a participação de empresas mexicanas como o Grupo Cemex, Cinépolis, Televisa, Grupo Carso, Grupo Silanes e Grupo Softec, entre outros.

“Após a crise de 2008, a estrutura dos negócios registrou uma mudança ainda maior, o que alterou as características de alguns países

Os casos mais recentes representam uma operação muito importante e significativa, tanto por seu montante como pelo setor em que estão localizados: a aquisição da empresa de transportes urbanos e de longa distância incorporada pelo Grupo Avanza por parte da firma mexicana ADO; a aquisição de Campofrío por parte do Grupo Sigma; Gruma adquirindo a comercializadora de milho e trigo Mexifoods; a aquisição do complexo mineiro de Aznalcóllar; a compra da petroquímica Vestoil e Wavin por parte da MEXICHEM; no entanto, esta expansão mexicana não acontece apenas na Espanha, pois temos o caso da Telekom, Áustria; da Cemex, na França; da Metalsa, adquirindo a ISE Automotive GmbH, na Alemanha; e Grupo KUO, comprando a Hoerbiger Drivetrain Mechatronics, na Bélgica.

Esta é apenas uma amostra do muito que pode ser feito para reforçar as relações entre os dois blocos, especialmente a reconstrução e reestruturação da economia mundial, o que já mostra símbolos muito positivos e abre grandes oportunidades para a realização de negócios, mas sobretudo, para o investimento de empresários mexicanos que podem aproveitar a conjuntura para posicionarem-se nesse mercado, e para os europeus, a fim de capitalizar as novas oportunidades que estão ocorrendo no México, com a mudança estrutural promovida pela atual administração.

A **abertura** COMO QUESTÃO
DE **sobrevivência**



César Maia

Diretor da Fundação Liberdade e Cidadania (DEM)
e conselheiro da cidade do Rio de Janeiro / Brasil

O Brasil e os países da União Europeia (UE) têm compartilhado, ao longo da história, uma amizade estreita e duradoura, o que contribuiu decisivamente para o fortalecimento de suas relações econômicas e políticas. Embora estas relações tenham se desenvolvido de maneira mais frutífera a partir do intercâmbio de missões diplomáticas em 1960, é preciso reconhecer que teriam alcançado resultados muito mais positivos se o Brasil, pendente das armadilhas do Mercosul e da necessidade de prestar solidariedade a alguns países desta zona, como Argentina e Venezuela, tivessem sido capazes de aprofundar os esforços para desmantelar gradualmente as barreiras comerciais com a UE.

No entanto, é importante reconhecer que a posição brasileira tem sido reajustada nos últimos tempos, através de propostas ainda não concluídas de um acordo que poderia dar um novo dinamismo aos intercâmbios comerciais com a UE.

É indiscutível que o Brasil não pode permanecer indiferente diante de uma associação comercial com 28 países europeus, que somam 508 milhões de habitantes e um PIB de quase 12 bilhões de euros. A UE é um ator econômico e comercial extraordinário a nível mundial, sendo o maior expor-

“É indiscutível que o Brasil não pode permanecer indiferente diante de uma associação comercial com 28 países europeus, que somam 508 milhões de habitantes e um PIB de quase 12 bilhões de euros

tador e o segundo maior importador do mundo, com uma participação de 20%.

Entre 2013 e 2014, o Brasil representou 2,1% do comércio total da UE e foi seu principal parceiro comercial na América Latina, com uma participação de 21,4%. A UE também é o maior parceiro comercial do Brasil, com fluxos de cerca de 61,9 bilhões de euros, o equi-

valente a 24,1% do fluxo do comércio brasileiro em 2014. Entre 2003 e 2013, os intercâmbios comerciais aumentaram mais de três vezes, fato que confirma a importância das relações comerciais para ambas as partes e a urgente necessidade de se chegar a um acordo que as dinamize ainda mais.

Além disso, a UE tornou-se o mais importante investidor estrangeiro para a economia brasileira, com 131,9 bilhões, correspondendo a 49,2% do total de investimentos estrangeiros registrados no país em 2013. O Brasil não pode seguir acorrentado a compromissos com alguns países do Mercosul, como Argentina e Venezuela, que temem o desmantelamento das barreiras de proteção contra a concorrência da UE.

Hoje, a UE e o Brasil encontram-se diante da perspectiva de uma relação comercial rentável, e é im-

perativo fazer todo o necessário para superar os obstáculos. As já dinâmicas relações econômicas têm um enorme potencial de expansão: além das perspectivas de aumento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão de negociações de um acordo comercial entre o Mercosul e a UE, espera-se que os investimentos mútuos sigam em via de expansão.

A ciência, a tecnologia, a sociedade da informação e os meios de comunicação são outras áreas em que a cooperação, em numerosos projetos conjuntos, é promissora. O Documento Estratégico UE-Brasil forneceu um marco para a cooperação entre as duas partes durante o período de 2007 a 2013 e propôs a aplicação de um total de €\$ 61 bilhões, destinados, em especial, ao desenvolvimento de diálogos setoriais, programas de bolsas de estudo e meio ambiente.



“Apesar dos riscos, o Brasil e o Mercosul, de maneira geral, estão cientes de que a abertura é uma questão de sobrevivência

Os principais temas do programa para o período 2014 a 2020 incluem o multilateralismo efetivo, as questões macroeconômicas, os transportes marítimos e aéreos, a cultura e a educação, as mudanças climáticas, a energia sustentável, a luta contra a pobreza, o processo de integração do Mercosul e a prosperidade na América Latina. No campo da educação, quase metade dos bolsistas do Programa Ciência Sem Fronteiras, do grau de pós-doutorado, elegeram países de destino na UE para as áreas prioritárias do programa.

Esta nova relação coloca o Brasil entre as principais prioridades da UE, que poderão receber um impulso ainda mais acentuado com a aplicação do programa de ação UE-Brasil, bem como com iniciativas no domínio da cooperação UE-Brasil-África-Caribe. Esta modalidade complementa a cooperação Sul-Sul, prioritária para a política externa brasileira, dado que incentiva a troca de experiências sobre a gestão dos desafios comuns aos países em desenvolvimento.

A mais recente Cúpula Brasil-União Europeia (Bruxelas, 2014/02/24), a sétima já realizada, contribuiu para as negociações do Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, quando as partes, do mais alto nível político, reiteraram sua disposição em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado. Cabe salientar, do mesmo, os debates sobre governança da Internet, assunto em que o Brasil e a UE têm identificado convergência em suas posições (defesa de um modelo multisetorial, democrático e de governança transparente) e a percepção de que as tecnologias da informação e a comunicação podem ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento.

É imprescindível a correta aplicação das três Cartas de Intenções entre a Comissão Europeia e o Brasil, a fim de facilitar os fluxos turísticos entre o Brasil e a UE, estabelecer um diálogo político estruturado sobre a política espacial e conceder especial importância à cooperação científica entre o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

Para isso, deve-se executar com prontidão e de forma adequada, o contrato de empréstimo de 500 milhões de euros para projetos em energias renováveis e eficiência energética entre o Banco Europeu de Investimento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Declaração Final da VII Cúpula Brasil-UE realçou o princípio de que a crescente competitividade, a inovação e o crescimento econômico não serão refletidos se a cooperação se não se reforça a cooperação em ciência e tecnologia, especialmente na ciência marinha, segurança alimentar, nutrição, agricultura sustentável, energia, nanotecnologia e inovação tecnológica. Este diálogo se insere no contexto da Associação Estratégica UE-Brasil, lançada em 2007, e que pode ser considerada um marco para as relações com o Brasil em outros campos, baseadas em interesses comuns.

Para isto, o Brasil deve adotar uma nova dinâmica às negociações entre o Mercosul e a UE, em busca de um acordo comercial, mas que, na prática, encontram-se paralisadas devido às políticas de subsídios e protecionismo dos produtos agrícolas. Ainda que não se conheçam os detalhes da proposta que o Brasil deseja apresentar, junto com Argentina, Uruguai e Paraguai, parece prioritário mover-se na direção de um acordo de livre comércio com a UE.

A maior resistência à evolução neste sentido é oferecida pela Argentina, devido à fragilidade da sua economia e à campanha em curso para as eleições presidenciais deste ano. Por isso, talvez seja urgente mudar a norma que propõe a unanimidade entre todos os integrantes do bloco para concluir acordos. Os governos do Brasil e do Uruguai já sinalizaram que estavam dispostos a avançar mais rápido do que seu parceiro, que, além disso, é um dos sócios fundadores. Não obstante, os países europeus temem também abrir o mercado à concorrência da agricultura brasileira (e talvez argentina).

Apesar dos riscos, o Brasil e o Mercosul, de maneira geral, estão cientes de que a abertura é uma questão de sobrevivência, considerando o avanço dos acordos de livre comércio de outros países, como a Aliança do Pacífico ou da Associação Transatlântica entre os Estados Unidos e Europa.

A crise econômica na região, com a redução do preço das matérias-primas, também é um fator que empurrou o bloco sul-americano a adotar uma posição mais firme na busca de novas parcerias internacionais. Esgotada a estratégia de crescimento por mercado, é necessário crescer através das exportações, com o apoio de acordos comerciais, financeiros e técnicos.

BRASIL E PORTUGAL,

UMA *parceria* CADA VEZ MAIS NECESSÁRIA



Francisco Murteira

Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira / Portugal

A globalização da economia vem conduzindo nas últimas décadas a formação de blocos regionais, em que países procuram ganhar escala e sinergias, cada vez mais exigidas pela competitividade global. Daí a formação de espaços regionais como a UNIÃO EUROPEIA (EU) e o MERCOSUL, onde Portugal e Brasil se encontram inseridos – além, evidentemente, da futura Plataforma da CPLP, infelizmente ainda numa fase pouco avançada. O que a experiência tem demonstrado, no entanto, é que não é fácil integrar economias, harmonizar fiscalidades, introduzir uma moeda comum, conseguir equilíbrios econômicos e financeiros em países em diferentes estados de desenvolvimento e controlar os efeitos das crises cíclicas, em que o modelo de desenvolvimento capitalista é fértil.

Por esta e outras razões o Brasil e Portugal vivem hoje profundas crises que, tendo raízes diferentes, acabam com efeitos semelhantes: políticas de austeridade agressivas, detecção de deficientes mecanismos de supervisão que conduzem à instabilidade e a uma perda de confiança nos sistemas de governança e da democracia. No entanto, a necessidade de cada vez mais se estreitarem as relações bilaterais e multilaterais entre

“*É neste ambiente que o papel das Câmaras de Comércio e Indústria – como a Luso-Brasileira (CCILB) – têm um papel ainda mais relevante, como promotores de negócios entre os empresários dos países, como os do Brasil e de Portugal*

os países e regiões, obriga que se encontrem mecanismos que conduzam a uma maior internacionalização das empresas e a procura de parcerias que aumentem a criação e distribuição de riqueza.

É neste ambiente que o papel das Câmaras de Comércio e Indústria – como a Luso-Brasileira (CCILB) – tem um papel ainda mais relevante, como promotores de negócios entre os empresários dos países, como Brasil e Portugal.

Embora a crise brasileira tenha contornos políticos muito vinculados, a verdade é que, sendo o Brasil um país com uma política marcadamente protecionista, e um enorme mercado interno – embora com um desenvolvimento muito desequilibrado em termos internos – não é fácil para um país como Portugal, com uma economia muito aberta, um pequeno mercado interno e empresas pouco capitalizadas, fortalecer as relações econômicas bilaterais, aumentar o relacionamento comercial e servir de ponte nas relações multilaterais entre a UE e o Mercosul. Contudo é cada vez mais importante que tal aconteça a bem das duas economias.

A visão da nova Direção da CCILB –recentemente eleita– é a de que a Câmara deve ser essencialmente um Centro de Negócios entre os dois países, realizando eventos que conduzam ao estabelecimento de parcerias comerciais concretas –de exportação e de investimento– através do contato pessoal entre os empresários dos dois países, fugindo do discurso vago e generalista que, em regra, não conduz à concretização de oportunidades de negócio.

Por outro lado a CCILB deve centrar a sua ação especialmente na promoção de eventos que envolvam as PME's dos dois países, que são aquelas que mais necessitam de suporte, pondo à disposição dos empresários instrumentos, tais como suporte logístico, apoio legal e informação sobre os mercados e de natureza macro e micro econômica.

Ainda parece importante para o sucesso da ação da CCILB que se assinem acordos de parceria que mediatizem as ações da Câmara, que facilitem a realização de "happy-hours" regularmente onde os empresários se encontrem e se conheçam além, evidentemente, de uma forte ligação à AICEP e à APEX, entidades promotoras de negócios bilaterais, procurando a CCILB ter uma ação complementar e diferenciadora. A CCILB tem de ser vista pelos empresários como uma entidade útil aos seus negócios. Este poderá ser o segredo do seu sucesso!

A balança comercial e do IDE entre Portugal e o Brasil são hoje, além de desequilibradas, insuficientes. Em particular o Brasil não tem aproveitado bem as oportunidades que em Portugal se têm aberto no domínio das privatizações em setores-chave da economia portuguesa.

“É essencial que se fortaleça uma relação comercial que honre a história e amizade que une os dois países há séculos

Apesar de haver já um significativo número de empresas de ambos os países que procuram a internacionalização no quadro da UE e do Mercosul não é suficientemente relevante. É pois essencial que se fortaleça uma relação comercial que honre a história e amizade que une os dois países há séculos.

Esse é o trabalho para o qual teremos de trabalhar!



A AMÉRICA LATINA E O BRASIL

COMO **parceiros** DE PORTUGAL



António Saraiva

Presidente da Confederação Empresarial de Portugal / Portugal

Os países da América Latina são parceiros incontornáveis da internacionalização da economia portuguesa. Tentarei, ao longo deste artigo, fundamentar esta afirmação, referindo-me aos diferentes enquadramentos com que é possível perspectivar este relacionamento, onde, naturalmente, o Brasil, nosso país irmão, ocupa um lugar central.

A intensificação da internacionalização das empresas tem caracterizado a evolução da economia portuguesa no passado recente.

O indicador do peso das exportações no produto manteve, por largos anos, um valor que rondava os 28% até ao final da década de noventa. A evolução positiva registada posteriormente foi interrompida pela crise financeira internacional e em 2009 atingiu o valor mais baixo – 27 %, tendo registado uma melhoria sistemática desde então até ao valor atual de 40 %.

A internacionalização, em geral, e o aumento das exportações, em particular, terá de continuar a ser um importante vetor do crescimento e do desenvolvimento da economia portuguesa, sendo objetivo declarado da política econômica atingir o valor de 52 % em 2020.

Este processo de intensificação da internacionalização da economia portuguesa tem-se caracteriza-

“ *Laços históricos e culturais e uma língua comum explicam grande parte desta diferenciação, a qual constitui um ativo de inestimável valor em termos de terreno fértil para o desenvolvimento de uma consistente relação comercial e de investimento – a Lusofonia Econômica*

do fundamentalmente por um aumento de quota dos mercados extra-União Europeia, em resultado, designadamente, do maior crescimento registado nestes países relativamente aos mercados doméstico e europeu, e também de uma forte aposta da política econômica na diversificação das exportações portuguesas. Tem sido neste contexto que o relacionamento com os países da América Latina, embora registando ainda níveis bastante reduzidos, excetuando, naturalmente, o caso do Brasil,

tem sido referenciado pelas empresas portuguesas por revelar um potencial de desenvolvimento muito significativo. É, sobretudo, o caso do México, do Chile, da Colômbia e do Peru.

O Brasil é para Portugal, naturalmente, um caso único no contexto da América Latina e no contexto mundial. É, atualmente, o nosso 4º parceiro comercial extra-União Europeia mais importante, a seguir a Angola, China e os Estados Unidos da América. Em termos de stock de investimento, o Brasil foi, no final de 2014, o parceiro extra-UE mais importante tanto como país de origem e como país de destino. Laços históricos e culturais e uma língua comum explicam grande parte desta diferenciação, a qual constitui um ativo de inestimável valor em termos de terreno fértil para o desenvolvimento de uma consis-



tente relação comercial e de investimento – a Lusofonia Econômica.

A globalidade da Lusofonia Econômica, além de assumir um importante papel no desenvolvimento das economias, representa oportunidades de investimento e comércio para as empresas portuguesas, quer no contexto dos países da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - quer na diversidade dos mercados das integrações regionais de cada um dos Estados, como é o caso do Mercosul em relação ao Brasil.

Em junho de 2015, na qualidade de, simultaneamente, Presidente da CIP e Presidente do Conselho Geral da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Econômico e a Cooperação tive a honra de entregar ao Primeiro Ministro português um relatório contendo o diagnóstico sobre a Lusofonia Econômica, bem como recomendações e propostas concretas. Elaborado pelas próprias empresas do Conselho Geral da ELO com base nas respetivas experiências, este relatório resultou de três Grupo de Trabalho - Setor Financeiro, Comunicações e Infraestruturas e Energia e Recursos Naturais – os quais espelham as grandes áreas de oportunidades de cooperação.

As propostas e recomendações da CIP e da ELO foram definidas tendo como objetivo eixos de atuação que deverão ser acionados através da colaboração entre entidades e organismos de naturezas várias - públicos, privados, empresariais, financeiros e de cooperação, e de diferentes níveis - nacional, internacional e da União Europeia.

A União Europeia, como união econômica com uma política comum de comércio e investimento internacional, designadamente através do estabelecimento de parcerias e de acordos de comércio livre (ACL), constitui uma dimensão importante a ter em conta quando se pretende promover o relacionamento econômico com países terceiros.

Na preparação destes acordos, a confederação das empresas europeias – BUSINESSEUROPE -

“A dimensão europeia é também importante para o projeto da Lusofonia Econômica

participa ativamente, veiculando junto da Comissão Europeia as preocupações dos seus membros, entre os quais a CIP. Foi assim, por exemplo, nos recentes ACLs com a Colômbia e o Peru. Relativamente ao Mercosul, cujo processo negocial com a UE tem estado suspenso, a BUSINESSEUROPE no seu recente documento “Trade Policy for the 21st century” voltou a apresentar a sua recomendação: apesar de estar convencida que um acordo comercial constitui o melhor instrumento para alcançar um mercado aberto e melhorar as condições do comércio e investimento para as empresas europeias, considera que, enquanto não se avança neste domínio, se devem explorar outras possibilidades para promover o relacionamento econômico com estes países, em particular, com o Brasil. Um possível caminho a seguir será proceder a uma avaliação abrangente das relações comerciais e de investimento, com enfoque no Brasil e na Argentina, identificando problemas existentes e propondo possíveis soluções de médio prazo.

A dimensão europeia é também importante para o projeto da Lusofonia Econômica, através da política de Desenvolvimento e Cooperação da União Europeia, designadamente através da implementação do Acordo de Cotonou.

As empresas portuguesas querem operar nos mercados da América Latina e, naturalmente, de uma forma mais específica, no mercado brasileiro. Do lado de lá do Atlântico, sabemos também do forte interesse em Portugal, fundamentalmente como uma porta de entrada na União Europeia, realidade que irá ser brevemente valorizada de forma significativa com novos investimentos portuários e ferroviários visando a nova centralidade estratégica de Portugal, designadamente em termos logísticos, entre os principais blocos do comércio internacional.

UNIÃO **EUROPEIA-AMÉRICA** LATINA, DESAFIO PARA **PMEs**



Antonio Garamendi
Presidente da CEPYME / Espanha

Se tivesse que destacar um efeito benéfico da crise sofrida pelas economias mais desenvolvidas nos últimos oito anos economias, seria o impulso dado à internacionalização das empresas, que buscaram nos mercados estrangeiros uma saída para compensar a queda da demanda doméstica.

Este processo tem contribuído para a intensificação das relações econômicas da União Europeia, muito especialmente da Espanha com a América Latina, não apenas do ponto de vista comercial, mas também em relação a investimentos e transferência de tecnologia e conhecimento.

Nos últimos anos, as grandes empresas espanholas têm aumentado sua atividades de investimento na América Latina, o que teve como consequência uma abertura cada vez mais importante de PMEs e o aumento das exportações de bens.

A América Latina é, além de tudo, um dos principais destinos dos novos emigrantes espanhóis, altamente qualificados, que suportam a transferência de tecnologia e conhecimento, fator decisivo para gerar emprego e tecido produtivo e para o desenvolvimento e a inclusão social.

Agora, além disso, pode-se falar de um caminho de volta em todo este processo econômico e social,

“*A América Latina é muito diversificada, mas há um denominador comum em todos os países que, em grande parte, é aquilo que compartilham, social e culturalmente, com os países do outro lado do Atlântico*”

e as empresas e os profissionais da América Latina têm na União Europeia um dos principais objetivos para o seu desenvolvimento, e a Espanha, a melhor porta de entrada.

A América Latina é muito diversificada, mas há um denominador comum em todos os países e que, em grande parte, é aquilo que compartilham, social e culturalmente, com os países do outro

lado do Atlântico. Esquemas e valores culturais e sociais que os empresários e profissionais “transoceânicos” percebem em ambos os lados e que são a base mais firme para a construção de relações econômicas.

Obviamente, em alguns países existem maiores riscos políticos, menor proteção legal dos direitos de propriedade e do quadro de investimentos ou infraestruturas menos desenvolvidas, mas nada disso é insuperável. Enquanto isso, a sintonia dos “códigos compartilhados” perdura e deve crescer.

Desde que as relações econômicas e empresariais entre a União Europeia e a América Latina produzam mais progresso e prosperidade em ambos os lados do Atlântico, este é o desafio que os governos e sociedade civil enfrentam.

Trata-se de colocar valor nas relações entre as duas regiões econômicas, de aumentar o diálogo

go e de trabalhar para remover os obstáculos e, para isso, será imprescindível incorporar as pequenas e médias empresas e microempresas, que são um componente essencial do tecido produtivo e motor de desenvolvimento na América Latina e na União Europeia.

No entanto, as PMEs que operam no comércio entre as duas regiões são minoritárias porque enfrentam barreiras estruturais significativas quando se envolvem em transações internacionais, e isso, apesar do tamanho dos mercados, da sua capacidade de inovar e sua flexibilidade, poderia proporcionar vantagens relevantes.

Para superar estas barreiras e oferecer mais oportunidades transatlânticas de comércio e de investimento para as PMEs é necessário, em primeiro lugar, um marco institucional de assessoramento e acompanhamento que precisam para abordar os processos que não são nada fáceis.

Além disso, é essencial dispor de instrumentos financeiros adequados, como linhas de crédito, capital de giro e empréstimos de investimento, com entidades bancárias e parceiros comerciais que estejam dispostos a financiar as empresas ao longo de todo o ciclo econômico.



“As pequenas e médias empresas e microempresas são um componente essencial do tecido produtivo e motor de desenvolvimento na América Latina e na União Europeia

A primeira opção das PMEs para abrirem-se a mercados internacionais é participar das cadeias de valor de grandes empresas, que funcionem para elas como “tratores” e ofereçam financiamento para ajudá-las a melhorar, bem como formação e transferência de conhecimento. Estas grandes empresas, por sua vez, podem beneficiar-se do desenvolvimento das PMEs locais, que oferecem produtos e serviços na medida e conhecimento do terreno.

Mas também é necessário apoiar os sistemas de cooperação empresarial, em todas as suas fases, desde a busca por sócios, à formalização de alianças e seu monitoramento. As possibilidades são muito diversas, desde o nível superior, que seria a fusão de empresas, até centrais de compras, uso de complementariedades e colaboração em projetos comerciais, de inovação e de distribuição.

Hoje dispomos de ferramentas digitais inimagináveis há vinte anos, que eliminam o fator distância a baixo custo, e em alguns casos podem ter melhor aplicação que este desafio de estreitar relações econômicas e comerciais entre os dois continentes.

As plataformas digitais devem ser uma ferramenta essencial para ampliar os fluxos financeiros e comerciais, reduzindo os custos e incertezas associadas à expansão internacional.

E devem servir para facilitar acordos, explorar mercados, compartilhar conhecimentos e formação, a melhorar a competitividade e, em última instância, para estender e aumentar o valor das PMEs, nas quais residem boa parte das possibilidades de desenvolvimento das sociedades.



A **SOCIEDADE CIVIL:** UM AGENTE **subestimado**



José María Zufiaur

Presidente da Seção de Relações Exteriores do Comitê Econômico e Social Europeu / Espanha

Na lista dos fatores estratégicos que influenciam a relação entre a UE e a América Latina, poucas vezes se aponta o que a sociedade civil (SC) representa. Em muitas ocasiões, inclusive, quando se faz referência a ela, há a impressão de que é mais para dar continuidade ao politicamente correto do que por convicção.

Por que as organizações da sociedade civil são, ou deveriam ser, tão importantes nas relações entre a UE e a ALC?

Em primeiro lugar, porque elas são a base de tais relações. Antes do surgimento da UE, ou do Grupo do Rio, ou do Mercosul, a SC já estava lá, como resultado de processos e por vínculos históricos, migratórios, linguísticos, culturais, familiares, civilizatórios. Estes vínculos fazem com que as relações entre as nossas sociedades civis sejam muito mais desenvolvidas do que em qualquer outra região do mundo. Em outras palavras, a força das relações UE-ALC está enraizada na sociedade civil: esquecer ou banalizar isto é um erro grave.

Em segundo lugar, porque, neste momento em que os movimentos comerciais e de investimentos tendem a ultrapassar do Atlântico para o Pacífico, não convém esquecer a importância dos fatores políticos e estratégicos. Em um momento em que o

“ Às vezes, pensando nos interesses concretos, nos esquecemos do essencial: dos interesses políticos e estratégicos. Não pode haver alianças estratégicas que não façam suas as sociedades civis

mundo enfrenta desafios como as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável, o aumento das desigualdades, a governança mundial, os movimentos migratórios e os êxodos causados pelas guerras, a escassez de recursos raros ou da água, a transição para outras fontes de energia, uma certa “medievalização” dos conflitos religiosos e de epidemias, ou a

emergência de uma nova potência mundial, como a China, as alianças estratégicas são essenciais. E certamente, não há aliança estratégica mais natural do que a que pode unir a Europa e a América Latina, duas regiões que representam um bilhão de pessoas. Às vezes, pensando nos interesses concretos, nos esquecemos do essencial: dos interesses políticos e estratégicos. Estamos vivendo isto dentro da UE e podemos viver em relação à AL. Mas a verdade é que não pode haver alianças estratégicas reais, profundas e duradouras que não façam suas as sociedades civis.

Em terceiro lugar, estão surgindo protagonismo na sociedade civil cada vez mais difíceis de ignorar. Por acaso, falemos de exemplos bem recentes, como a posição de grande parte da sociedade civil europeia e americana diante da Associação Transatlântica de Comércio e Investimento (ATCI) ou de movimentos, impulsionados pelas novas gerações, em Honduras ou Guatemala, contra a

corrupção, a reforma do sistema educacional no Chile ou a pressão internacional contra os “contratos de proteção” no México. Os processos de globalização e democratização inevitavelmente abarcam demandas por reconhecimento da democracia social para exigir que, junto com a cidadania política e civil, se reconheça a cidadania social. A sociedade civil é, e será mais em um futuro próximo, um fator central para a aceitação, a legitimação e a promoção de parcerias entre nossas duas regiões.

Em mais de 20 anos de relações entre SC latino-americano e europeia temos conseguido alguns avanços importantes: clima de cooperação e de confiança; a colaboração direta entre setores, como o da economia social, sindical, empresarial e de redes sociais; o fortalecimento das instituições representativas da SC da AL; consolidação dos encontros bienais; presença da sociedade civil na Assembleia Parlamentar Eurolat; reconhecimento da participação da SC em diversos acordos comerciais ou de parceria, como o Chile, a Colômbia/Peru, América Central; participação na Associação Estratégica UE-Brasil.

Não resta dúvida, no entanto, que ainda há muito a ser feito para ser mais eficaz. Atrevo-me a sugerir algumas prioridades: 1) realizar projetos entre os Encontros Bienais: por exemplo, sobre a proteção social dos trabalhadores emigrantes e pessoas deslocadas, sobre a economia subterrânea e o trabalho decente; 2) Estruturar de uma forma menos repetitiva, mais racional e eficaz, a participação da SC nos diferentes Acordos e Associações Estratégicas; 3) Fortalecer as estruturas regionais de participação da SC nas várias subregiões da AL; 4) Alcançar a criação de uma participação conjunta da SC Europeia e mexicana no Acordo de Associação, assim como na de Associação Estratégica; 5) Realçar ainda mais a importância que a SC outorga à realização de um Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul, não só por razões econômicas, mas também por questões políticas e geoestratégicas.

“E, especialmente, contribuir para um novo cenário em que o modelo social europeu, que perdeu valor de referência, a renovar o relato da insubstituível associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina

E, especialmente, contribuir para um novo cenário em que o modelo social europeu —esse “patrimônio da humanidade”, reivindicado pelo presidente Lula—, que perdeu valor de referência, a renovar o relato da insubstituível associação estratégica entre a União Europeia e a América Latina.



A PUJANÇA **UNIVERSITÁRIA** E INTERNACIONAL DA **Celac-UE**



Francisco Aldecoa

Catedrático de Relações Internacionais da Universidade Complutense de Madri / Espanha

A celebração do VIII Cúpula dos Presidentes, atualmente chamada de CELAC-UE, realizada em Bruxelas dias 9 e 10 de junho, destacou a importância da Associação Estratégica em funcionamento desde a Cúpula do Rio, em 1999, há 16 anos e que agora está formada por 61 estados e mais de um bilhão de cidadãos. Estes compartilham valores, têm interesses comuns e defendem uma visão de mundo baseada na economia social de mercado, que é uma das formas de capitalismo. Neste caso, uma face humana, o que é consequência do equilíbrio entre o mercado, sociedade e estado.

Como professor dedicado ao estudo das Relações Internacionais, existem dois elementos, que por sua vez estão ligados, que gostaria de sublinhar, tendo em conta as conquistas alcançadas e o aprovado plano de ação futuro, na busca do Espaço Europeu de Ensino Superior Euro-Latino-Americano e da dimensão global da crescente influência na governança mundial desta Associação Estratégica Euro-Latino-Americana.

Em relação à criação do Espaço de Ensino Superior, devo enfatizar a importância da tomada de consciência, ao máximo nível e pela primeira vez, dos seus chefes de Estado aos seu planos de ação, quando indicado, entre outros pontos, “con-

“ *O efeito especialmente enriquecedor para os nossos dois idiomas, o português e o castelhano e para as universidades nos países nos quais os falamos e para as sociedades a que pertencem*

tribuir para o futuro de Espaço de Educação Superior UE-CE-LAC”, estabelecendo um conjunto de medidas precisas para atingir esse objetivo.

É conhecido o sucesso obtido pela Declaração de Bolonha de 1999, que lançou o Espaço Europeu de Ensino Superior, e que exigiu uma série de medidas que tiveram que ser apli-

cadadas aos Estados-Membros para tornar possível a livre e completa circulação de estudantes, pesquisadores, professores e pessoal administrativo, constituindo o principal espaço universitário do mundo. Além disso, é preciso recordar a mudança que isto significou para a empregabilidade e a inserção laboral, da passagem “do saber ao saber fazer”.

Agora, trata-se de dar um passo a mais, estabelecendo, por sua vez, um conjunto de medidas que tornem possível a configuração deste Espaço Euro-latino-americano, que nesta situação é ainda mais difícil, porque envolve mais do que o dobro de estados e pessoas, e por sua vez, alguns deles, os latino-americanos, muito mais heterogêneos. Isso será possível graças à abordagem que está sendo produzida entre as nossas regiões, com base no surgimento, cada vez mais explícito, dos valores compartilhados de defesa dos direitos humanos, democracia e estado de direito.

O impacto estratégico de alcançar este espaço é importante para as duas regiões, embora talvez ainda tarde uma década. Os efeitos colaterais positivos são muitos, incluindo o efeito especialmente enriquecedor para os nossos dois idiomas, o português e o castelhano e para as universidades nos países nos quais os falamos e para as sociedades a que pertencem. O que, por sua vez, trará influência à dimensão internacional de Portugal e Espanha.

Esta relevância fortalecerá a influência internacional que já têm e é progressiva, de nossos valores comuns euro-latino-americanos, bem como nosso modelo de sociedade na política mundial, que permitam o avanço, em escala mundial, da democratização e redistribuição do conhecimento, o acesso à produção intelectual universal e a criação de uma governança baseada nos direitos humanos, na solidariedade, na paz, na inclusão e na coesão social.

Neste sentido, é importante destacar a dimensão externa que esta Associação Estratégica já tomou em fóruns internacionais, em especial na Assembleia Geral das Nações Unidas, o que pode influenciar, quando juntos, em importantes decisões tomadas neste fórum. Na verdade, graças à defesa conjunta da mesma visão que temos do mundo, progressos significativos foram alcançados, em âmbitos onde os mais importantes atores internacionais, como os Estados Unidos, China e Rússia não estavam de acordo, ou inclusive eram oponentes.

Devemos mencionar a moratória conseguida contra a pena de morte votada na Assembleia Geral, a vigência e a aplicação do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, a luta contra as mudanças climáticas, a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, a recente entrada do Tratado de Comércio de Armas em dezembro 2014 em vigor..., entre muitos outros exemplos alcançados, sobretudo nos últimos anos desde que exista essa associação estratégica.

“*A importância internacional do bloco euro-latino-americano e os valores que o sustentam é impressionante e geralmente pouco conhecida*”

A importância internacional do bloco euro-latino-americano e os valores que o sustentam é impressionante e geralmente pouco conhecida. Os avanços na consolidação desta renovada governança mundial dependerão, em grande medida, do sucesso da estratégia global que a Cúpula UE-CELAC do último mês de junho vai adotar. Juntos, os euro-latino-americanos, podem influenciar ainda mais na defesa dos valores compartilhados e na visão comum do mundo como não pode fazer nenhum outro grupo de países, devido não apenas ao número, mas ao valor da nossa inspiração política.





Luis Tonelli

Diretor do Curso de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires / Argentina

Os problemas são sempre um incentivo para encontrar soluções, mais em tempos de bonança. E tanto o Mercosul como a União Europeia atravessam dificuldades de vários tipos que podem ser aproveitadas para avançar em direção a uma nova fase de integração.

Como Kenneth Rogoff disse, no crescimento impera a perspectiva de “desta vez é diferente”, onde o otimismo anula a prudência e as autoridades ignoram as advertências do final do ciclo. Com as dificuldades, começa a fase criativa. Como o Prêmio Nobel, Ernest Rutherford, disse: “Senhores, nós ficamos sem dinheiro. É hora de começar a pensar”, seja sobre sair da crise no Velho Continente ou para evitá-la, aqui no Novo Mundo. Isto nos alerta para uma questão óbvia: para além das circunstâncias existentes, aproveitar estas oportunidades exige uma liderança política com uma clara visão estratégica de um lado e do outro do Atlântico.

O Mercosul, uma das inovações institucionais regionais que trouxe a terceira onda de democratização na América Latina, foi um dispositivo chave para alcançar o objetivo de pacificação e desmilitarização do Cone Sul. Isto resulta um tanto paradoxal, já que mesmo desde o nome, o

“ *O Mercosul, uma das inovações institucionais regionais que trouxe a terceira onda de democratização na América Latina, foi um dispositivo chave para alcançar o objetivo de pacificação e desmilitarização do Cone Sul* ”

Mercosul foi atribuído a ambiciosos objetivos institucionais de integração econômica que não foram alcançados. Não houve avanços na produtividade do Mercosul, sendo hoje talvez o gargalo da sustentabilidade das economias dos países que o integram. Nem tampouco serviu para integrar cadeias de valor, nem formar uma infraestrutura de linha para atender a estes objetivos do seu interior.

Na realidade, e devo dizer com todas as letras, o crescimento vigoroso dos países do Mercosul não se deveu à integração regional, mas ao aumento internacional do preço e da demanda por commodities devido ao surgimento de gigantes como a China e a Índia nesse mercado, e o acoplamento das finanças mundiais à sua comercialização. No entanto, a institucionalização do Mercosul serviu para proteger a atividade industrial subsidiada. No caso das empresas transnacionais automotivas, com terminais tanto no Brasil e Argentina, é particularmente saliente, onde elas operam, conseguindo facilidades em um e em outro país, sendo escassas as atividades destinadas à exportação para outros mercados.

A União Europeia, por sua vez, possui uma consolidada institucionalidade política e econômica,

que faz parecer raquítica a institucionalidade do Mercosul. A criação da Comunidade Europeia tem estado na base da continuidade e expansão do desenvolvimento de seus países membros, reforçando as do já avançados, como a Alemanha, França e Inglaterra e permitindo a decolagem de países com atrasos de desenvolvimento no sul da Europa.

No entanto, toda a engenharia institucional política, social e econômica da União Europeia não impediu a formação de uma imensa bolha financeira e imobiliária, que estourou em 2008 e que mergulhou a UE numa estagnação de crescimento. Os diferenciais de produtividade entre os países mais e menos avançados, escondidos pela dinâmica financeira positiva na época do auge, voltaram à tona após a crise. A âncora cambial significativa, que em seu momento de homogeneização beneficiou aos países menos avançados a tomar crédito durante o auge, se voltou contra eles na fase da crise, porque não puderam compensar a sua falta de produtividade com uma desvalorização, sendo incapazes de cumprir com seus compromissos.

A expansão da atividade financeira a partir da tecnologia *real time* para suas operações traz a contrapartida de uma enorme volatilidade e comportamentos de manada, que em poucos segundos transformam o que era uma tendência expansiva em uma contradição.

Os países do Mercosul sofreram na própria carne e por antecedência, especialmente a Argentina, este tipo de crise, e o grande alívio e a relativa blindagem a novas crises foi a vigorosa expansão de suas atividades comerciais através do boom exportador de suas economias. Embora não tenha caído a demanda por *commodities*, o fez por seu preço, inflacionado pelo componente da especulação financeira.

Pelo menos para o momento, o crescimento dos países da região por meio de exportação de *commodities* parece ter atingido o pico, e este amortecimento obriga a buscar novas fontes para

“*Como diz o ditado, “dos labirintos se saem por cima”, a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia pode ser uma oportunidade para criar uma nova institucionalidade*

alcançar um desenvolvimento mais prolongado, e limitado apenas às zonas de grandes cidades dos países do Mercosul.

Como diz o ditado, “dos labirintos se saem por cima”, a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia pode ser uma oportunidade para criar uma nova institucionalidade em ambas as instituições regionais e entre elas. Uma nova dimensão institucional que refine o poder do lobby das coalizões de interesses à caça de subsídios que prejudicam o aumento de produtividade, inovação e, em última análise, de desenvolvimento sustentável.

Há múltiplas variações que podem ter um acordo deste tipo. Pode-se até mesmo permitir zonas de livre comércio sequencialmente, territorialmente falando, ou por produtos e atividades, “acoplado-se” depois outras áreas e outros bens. Também é fundamental que o Acordo fomente o encadeamento de atividades produtivas e incentive a diversidade produtiva, não limitando-se ao que concerne ao Mercosul de *commodities*, mas sua indústria e também o setor de serviços, que tanto pode crescer. Como zona de interesse natural para a Europa, deve-se apostar no comércio e no investimento para gerar uma infraestrutura de comunicação e energia no Cone Sul –que tem ficado para trás em comparação ao crescimento experimentado na última década–.



Na verdade, o mundo não é o mesmo de quando se pensou a União Europeia e o Mercosul. O despertar econômico da China e sua agressiva política de expansão comercial é um elemento dinamizador para a economia mundial, mas também é verdade que para estar em condições equitativas nas negociações econômicas com este gigante, há poucos países no mundo com suficiente tamanho para um acordo bilateral.

Para países como a Argentina, o Mercosul é necessário para uma negociação bem sucedida com a União Europeia, onde o interesse regional deve ser imposto a certos agentes com uma inusitada capacidade de *lobby* e bloqueio. Do mesmo modo, um Acordo entre o Mercosul e a União Europeia permitiria uma melhor base para a negociação de Acordos com a China e um revigorado Estados Unidos. Também estabeleceria novas bases para uma ampla integração com os países latino-americanos pertencentes à Aliança do Pacífico.

Obviamente, é necessário esperar os períodos eleitorais, que terminarão, independentes daqueles que sairão vitoriosos, o ciclo político do neopopulismo autárquico –cuja sustentação, baseada na crise política e no *boom* dos *commodities*, já foi transcendido–. As lideranças moderadas na América Latina e as necessidades de financiamento externo inauguraram uma fase em que as questões que anteriormente ficavam travadas ou nem sequer podiam ser mencionadas, passarão a ser o objeto de discussão cotidiana.

Não será tarefa fácil chegar a um bom porto nas negociações, mas o novo rumo que a situação impõe, em ambas regiões, são propícias para um novo reencontro e convergências produtivas.



UNIÃO EUROPEIA –

América Latina: CARTES SUR TABLE



Javier Rosado
Sócio e diretor geral da LLORENTE & CUENCA Panamá / Panamá

José Isaías Rodríguez
Vice-presidente de Assuntos Europeus da LLORENTE & CUENCA / Espanha

Aqueles que estão familiarizados com a forma de analisar questões relevantes na França, compreenderão melhor o porquê deste título. A expressão “*Cartes sur Table*”, que em sua versão inglesa, “*Cards on the Table*” poderia ser confundida com o famoso romance de Agatha Christie, em francês alcança um significado muito concreto: “definir as intenções, mostrando-se o mais sincero possível”, significa jogar com franqueza, revelar as cartas a fim de ser honesto, de ser claros.

Vamos ser claros. Falar de América Latina a cada dia se torna mais complexo se quisermos descrever algo além de uma denominação geográfica. Distintas realidades políticas, sociais e econômicas tornam cada vez mais difícil abranger a todo o subcontinente americano dentro de uma mesma realidade. Isso representa o primeiro desafio na hora de analisar a visão que a América Latina pode ter sobre a sua relação com a União Europeia ou com qualquer outro ator econômico ou político do mundo.

Durante este início do século XXI, a América Latina viveu um dos melhores momentos da sua história recente. Depois de ter padecido por anos por causa da dificuldade de assentamento da democracia em muitos países e por profundas crises

“*Na década que vai de 2004 a 2014, a UE passou, em geral, de um déficit comercial a um superávit com a região, particularmente significativo no México e no Brasil*”

econômicas que atrasaram o desenvolvimento em muitos de seus territórios, parece que estes receberam a aprendizagem necessária. Se a isto somarmos a bonança que nos últimos anos têm experimentado as matérias-primas, o principal elemento da pauta de exportações da região, não surpreende as cifras de crescimento de mais de 5% ao ano entre 2003

e 2012, de acordo com o Banco Mundial –sempre com grandes assimetrias já que enquanto o Chile poderia crescer 5,6% em 2012, a Venezuela o fez em 1,2%–.

Essa situação tornou a região um ponto interessante de se observar. Por um lado, a América Latina poderia converter-se no herdeiro do “Dragão Asiático”. Uma vez que o sudeste asiático atingiu incríveis cotas de desenvolvimento nos últimos anos, a região poderia estar preparada para experimentar seu próprio boom. Por isso, a China começou uma agressiva política de comércio exterior com a América Latina. Se compararmos a tendência das importações na região Ásia/Pacífico, Estados Unidos e a União Europeia, vemos rapidamente que é a primeira que registra o maior crescimento (700%) na década 2000-2010, enquanto que nos Estados Unidos, a balança decresce 34% e na União Europeia, as importações caíram 3,5%. Além disso, em

volume, as importações provenientes da Ásia se situaram, pela primeira vez, acima daquelas registradas pela União Europeia¹.

Por outro lado, os Estados Unidos durante a administração do presidente Obama, teve um relação mais distante e menos intensa com a região, concentrando-se fundamentalmente nos temas que tem mais impacto dentro de suas fronteiras, como segurança e imigração, por exemplo. Não se pode esquecer que 16% da população americana é de origem latina e que 73% desses eleitores votaram a favor de Obama nas últimas eleições. No entanto, o fato mais importante que pode alterar toda a estratégia dos Estados Unidos na região é a desbloqueio nas relações entre os Estados Unidos e Cuba. A retomada das relações diplomáticas e comerciais com a ilha é, sem dúvida, o ato de mais repercussão do presidente dos EUA na região, que dá por resolvido os últimos vestígios da Guerra Fria e abre um cenário não apenas com Cuba, mas também para a América Latina, uma vez que, em volume, continua a ser o principal ator comercial na região.

Diante deste cenário, como serão marcadas as relações entre a União Europeia (UE) e da Comunidade dos Estados Latino-americanos e caribenhos (CELAC)?, Que tipo de acordos de caráter bilateral existem?, Qual é a situação atual?, Como evoluíram? Estas são questões que devem ser abordadas para entender a extensão da relação e, acima de tudo, as expectativas futuras.

Se tivéssemos que escolher uma palavra para definir a evolução das relações entre a União Europeia e a América Latina, com franqueza, com honestidade, com clareza, nós destacaríamos por “languidez”. Essa é a percepção. Nós não sabemos se mais intensa pelo lado europeu ou pelo da América Latina. Nesta situação estão ambos.

Para entender lãnguideo, é preciso refletir sobre a aceção da palavra na Real Academia Espanhola da Língua, como “espírito pequeno, de pouco valor, de pouca de energia”. Talvez, também pudéssemos pensar como de pouco interesse. No entanto, quando se analisam os números da relação Europa-América Latina, a precisão das cifras, embora às vezes estas pareçam tediosas, conduzem a conclusões muito diferentes. Vamos ver.

A União Europeia (UE) é o segundo maior parceiro comercial da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Nos últimos dez anos, o comércio entre a UE e a América Latina duplicou, representando mais de 6% do comércio total da UE. Por outro lado, a UE é o maior investidor estrangeiro direto nos países CELAC, com volumes que totalizaram 505,7 bilhões de euros em 2013, o que representa 10,3% dos 4,9 bilhões de euros em investimento direto estrangeiro (IDE) da UE e cerca de 35% do IED recebido pela CELAC. É muito significativo, como dado, que os investimento da UE na CELAC sejam superiores aos realizados pela UE na Rússia, China e Índia, somados todos juntos.

Do ponto de vista do ranking dos parceiros comerciais da CELAC, a UE ocupa o segundo lugar, empatando com a China e a uma maior distância de seu primeiro *partenaire*, que, evidentemente, são os Estados Unidos.

Na década que vai de 2004 a 2014, a UE passou, em geral, de um déficit comercial a um superávit com a região, particularmente significativo no México e no Brasil. Algo menor com alguns países da América Central, especialmente Guatemala e El Salvador, embora seja verdade que as relações UE-América Central tenham oscilado no contexto de uma tendência, sem qualquer consistência. No cálculo total do comércio da UE com a região, apenas o Chile, Costa Rica, Panamá e El Salvador, experimentaram um ligeiro declínio.

¹ Fonte: CEPAL, Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe 2010-2011.

Do total de importações da CELAC, a UE responde por mais de 14% e 11,5% das suas exportações, destacando o Brasil e o México, seguidos pelo Chile, Argentina, Colômbia e Peru.

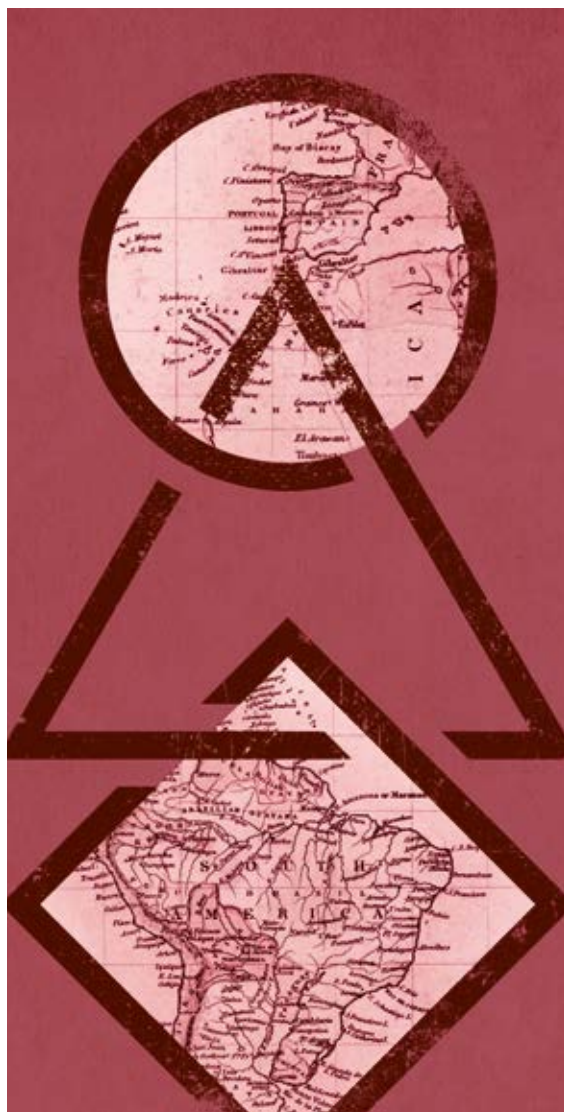
Em 2014, a UE exportou bens da CELAC na ordem de 110,6 bilhões de euros, ou 6,5% do total das exportações e importou pelo valor de 98,6 bilhões

de euros, 5,9% do total das suas importações. Portanto, o superávit da UE foi de cerca de 12 bilhões de euros. Brasil e México representaram 2% e 1,4%, respectivamente, do total do comércio da UE. As principais exportações da UE para a CELAC foram máquinas, equipamentos de transporte e produtos químicos. Quanto às importações, principalmente, produtos agrícolas e matérias-primas.

Além disso, a UE concluiu acordos comerciais com 26 dos 33 países membros da CELAC.

Com os 15 países do **Cariforum** (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e as Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago), a UE celebrou um Acordo de Cooperação em 2008. Atualmente, é o segundo maior parceiro comercial depois dos Estados Unidos, com um déficit para os Cariforum de 800 milhões de euros. O alcance deste acordo vai além do puramente comercial. Enquanto ele tem um componente muito importante da liberalização do comércio, é certo que seu objetivo é colocar isto a serviço do desenvolvimento, uma vez este que estimula o investimento e o intercâmbio de serviços, promove a fazer negócios em um contexto de livre concorrência, conta com o apoio de fundos europeus e, naturalmente, contribui para uma maior integração dos países da região no contexto da globalização. A terceira reunião do Conselho Conjunto UE-Cariforum, realizada em Georgetown (Guiana), em 16 de Julho, registrou os progressos no acordo entre ambos e o grande potencial do mesmo para contribuir para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros do Cariforum.

Os países da **América Central** (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá), desde dezembro de 2013, têm um Acordo de Associação com a UE que contém um importante pilar comercial. Este acordo propôs um passo significativo nas relações entre as duas regiões e, claro, deve contribuir para o estabelecimento de



relações empresariais e de investimento mais estáveis entre eles, para o aumento dos benefícios diretos para seus cidadãos, bem como para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Mas, acima de tudo, o dito acordo deve ser um elemento fundamental no processo de integração política na América Central e, portanto, para a estabilidade e segurança da região.

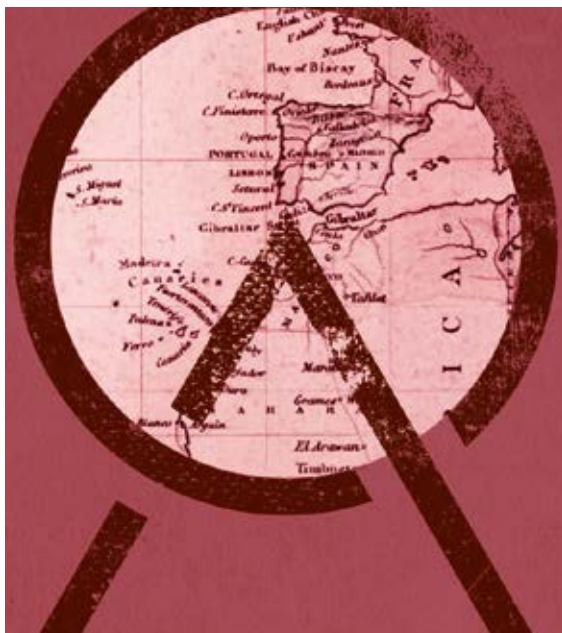
Dos quatro países que compõem a **Comunidade Andina** (Bolívia –que recentemente assinou o protocolo de adesão ao Mercosul–, Colômbia, Equador e Peru), Colômbia e Peru têm um Acordo Comercial com a UE que entrou em vigor em 2013. De seu lado, Equador, concluiu em 2014 a sua entrada neste acordo multilateral. Em 2014, os fluxos comerciais entre a UE e a Colômbia atingiram a cifra de 14,5 bilhões de euros (6,4 bilhões de euros em exportações e 8,1 bilhões de euros de importações. No caso do Peru, o montante foi de 8,1 bilhões de euros (3,2 bilhões de euros para as exportações e 4,9 bilhões em euros). Todavia, é prematuro tirar conclusões sobre o impacto do acordo, devido ao fato de, como aponta a Comissão Europeia em seu relatório de 4 de Dezembro 2014 sobre suas aplicações que não se dispõe de determinados dados e números. Do mesmo modo, é preciso transcorrer algum tempo antes que os operadores econômicos se adaptem, a fim de beneficiarem-se plenamente das novas possibilidades comerciais oferecidas por este acordo.

O **Mercosul** (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e agora, praticamente, Bolívia) é um gigante adormecido, que por não construir consensos, não aproveita o poder concedido por ser a quarta maior economia do mundo, depois da UE, NAFTA e ASEAN, com um PIB total de 2,6 bilhões de euros, em 2014. A UE é o seu maior parceiro comercial, respondendo por 20% do total do comércio do Mercosul e na União Europeia, o Mercosul ocupa o sexto lugar, o que representa 2,8% do comércio total da mesma. Há negociações desde 1999 para a celebração de um Acordo de Associação com a União Europeia que, após a

“*Pelas tradicionais relações entre a União Europeia e a América Latina, segue existindo uma ampla oportunidade de estreitar laços sólidos aproveitando sinergias estabelecidas*”

última Cúpula dos países do Mercosul, realizada em Brasília em 17 de Julho, decidiu promover, a fim de chegar à conclusão no menor prazo possível, um Acordo ambicioso e equilibrado. É preciso destacar que este é o terceiro maior acordo em processo, depois dos EUA e Japão.

Conscientes da fragmentação regional, outras abordagens estão sendo adotadas em diferentes velocidades. Merecem menção especial o Brasil, México e Chile. Os dois primeiros são considerados parceiros estratégicos da UE e o terceiro tem um Acordo de Associação, que entrou em vigor em 2003 e que agora o Chile, como é o caso com o Acordo Global México-UE, quer modernizar. Por outro lado, estão avançando notavelmente a supressão de vistos de entrada na UE para os países do Caribe, bem como para a Colômbia e o Peru. Da mesma forma, Bruxelas e Brasil estão discutindo planos para instalar um cabo de comunicação submarino Lisboa-Fortaleza, a fim de reduzir a dependência dos Estados Unidos em matéria de telecomunicações.



A importância do Brasil para a UE e o México, ficou claro na recente Cúpula UE-México (Bruxelas, 12 de junho, 2015) com a presença de Enrique Peña Nieto, bem como na Cúpula CELAC UE (Bruxelas 10 e 11 junho 2015), com a presença de Dilma Rousseff, na qual tentaram dar foco sobre a região para compensar, de alguma forma, os US\$ 250 bilhões de dólares que a China prometeu investir nos próximos dez anos. De alguma forma, a consolidação da Aliança do Pacífico, da qual fazem parte Chile, Colômbia, Peru e México, denota a visão que estão tendo alguns dos líderes dos países da região sobre onde pode estar o futuro.

Juntas, a UE e CELAC reúnem 61 países, ou seja, quase um terço dos membros das Nações Unidas, oito deles membros do G20 e, no total, agrupam mais de 1 bilhão de pessoas, ou seja, 15,5% da população mundial.

Os dados econômicos e sua evolução desde 1999, mesmo durante uma crise financeira devastadora, oferecem um resultado impressionante em comparação àqueles que, tanto por parte da UE como da CELAC, contemplam de maneira distante, e quiçá pouco realista, a singularidade de sua relação.

Pelas tradicionais relações entre a União Europeia e a América Latina, segue existindo uma ampla oportunidade de estreitar laços sólidos aproveitando sinergias estabelecidas para tentar perseguir um modelo diferente que está sendo proposto pela China. Na medida em que a União Europeia puder ultrapassar o modelo chinês de importação de matérias-primas e adotar um modelo relacional, mais baseado na partilha de conhecimento para desenvolver processos de produção mais equilibrados, que extrapolem o modelo de exportação de matérias-primas e importação de produtos terminados, abre-se não apenas a possibilidade de melhorar as relações entre América Latina e a Europa, mas também a criação de novos mercados mais desenvolvidos, que permitam melhorar as balanças comerciais dos dois lados do Atlântico.

Por tudo isso, é hora de colocar “*cartes sur table*” para avaliar, em sua justa perspectiva, a importância das relações UE-CELAC, com o objetivo de potencializá-las. É preciso trabalhar nessa direção, com mais energia, tendo claro que ambas as regiões, se atuam conjuntamente, podem conseguir, no complexo contexto da globalização com o propósito de oferecer aos seus cidadãos um grande espaço compartilhado de estabilidade e progresso.



PRÊMIOS

conquistados PELA **UNO**



GOLD WINNER
na categoria
Best House Organ



GRAND WINNER
Best of Magazines
Overall Presentation



GOLD WINNER
na categoria *Magazines*
Overall Presentation
Executive



SILVER WINNER
na categoria
Design - Illustration

LLORENTE & CUENCA

LLORENTE & CUENCA é a **consultora líder em Gestão da Reputação, Comunicação e Assuntos Públicos** em Espanha, Portugal e na América Latina, e conta com vinte sócios e 370 profissionais, que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividade, com operações dirigidas ao mundo de língua espanhola e portuguesa.

Atualmente, LLORENTE & CUENCA tem delegações próprias na **Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, EUA** (Miami), **México, Panamá, Peru, Portugal** e **República Dominicana**, e oferece também os seus serviços através de companhias associadas nos **Bolívia, Paraguai, Uruguai** e **Venezuela**.

A LLORENTE & CUENCA é membro da AMO, a rede global líder em comunicação corporativa e financeira. São também sócios: **The Abernathy MacGregor Group** nos Estados Unidos; **Maitland** no Reino Unido; **Havas Worldwide Paris** na França, Bélgica e Dubai; **HERING SCHUPPENER** na Alemanha e Bruxelas; **Hirzel.Neef.Schimd.Counselors** na Suíça; **SPJ** nos Países Baixos; **Porda Havas** em China; **AD HOC Communication Advisors** na Itália; **NBS Communications** na Polônia; **NATIONAL Public Relations** no Canadá; **Hallvarsson & Halvarsson** na Suécia; e **EM** na Rússia. Cada ano, a AMO situa-se no topo do Ranking Global de Assessores de M&A desenvolvido pela **Mergermarket**.

www.amo-global.com



DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalllorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE RH.

Daniel Moreno
Gerente de RH
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de RH para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Karina Valencia
Gerente de RH para América do Norte, América Central e Caribe
kvalencia@llorenteycuenca.com



Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor sénior
gpanadero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. +351 21 923 97 00

EUA

Miami

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

600 Brickell Avenue. 20th floor
Suite 2020
Miami, Florida 33131
Tel. +1 786 4494140

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

México DF

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jriviera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, México D.F.
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis.
Edifício Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Tel. +57 1 7438000

Lima

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro.
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Gerente geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edifício World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e diretor geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente conselheiro
para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor sénior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390

PRESENÇA NA REDE

Web corporativa
www.llorenteycuenca.com

Twitter
http://twitter.com/llorenteycuenca

Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

Centro de Inovação
www.desarrollando-ideas.com

YouTube
www.youtube.com/llorenteycuenca

Revista UNO
www.revista-uno.com.br

LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-&-cuenca

Slideshare
www.slideshare.net/llorenteycuenca

WWW.REVISTA-UNO.COM.BR

